



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 30ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE EM 31.08.2016

Aos 31 dias do mês de agosto de 2016, compareceu à sede da 30ª Vara Trabalho de Porto Alegre o Excelentíssimo Senhor MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver, Maria Eneida Giordani e Lais Pagnoncelli Stammel, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004102-73.2016.5.04.0000. O Desembargador Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelas Juízas Substitutas Luciana Caringi Xavier e Patrícia Iannini dos Santos, pela Diretora de Secretaria Cristina Bach e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 18.03.1994

Data da última correição realizada: 29.09.2015

Data de Implantação do PJe: 23.09.2013

Jurisdição: Porto Alegre

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 31.08.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Luiz Antônio Colussi	Juiz Titular	Desde 08.05.2013
Patrícia Iannini dos Santos	Juíza Substituta lotada	Desde 09.03.2011

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 29.08.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, a 30ª Vara Trabalho de Porto Alegre pertence à 43ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de 1 Juiz Substituto, ocupada pela Juíza Patrícia Iannini dos Santos.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
----------	------------	-----------------	-------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1	Luiz Antonio Colussi	Desde 08.05.2013	Juiz Titular	03 anos, 03 meses e 24 dias
2	Patrícia Iannini dos Santos	Desde 09.03.2011	Juíza Substituta Lotada	05 anos, 05 meses e 23 dias
		07.01 a 05.02.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	30 dias
		07.02 a 15.02.2015	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular (PA 0008275-14.2014.5.04.0000)	09 dias
		24.02 a 25.02.2015	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular (PA 0001007-69.2015.5.04.0000)	02 dias
		03.03 a 04.03.2015	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular (PA 0001067-42.2015.5.04.0000)	02 dias
		10.03 a 11.03.2015	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular (PA 0001061-35.2015.5.04.0000)	02 dias
		17.03 a 18.03.2015	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular (PA 0001597-46.2015.5.04.0000)	02 dias
		24.03 e 25.03.2015	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular (PA 0001766-33.2015.5.04.0000)	02 dias
		21.12.2015 a 06.01.2016	Recesso	17 dias
		07.01 a 13.03.2016	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular – PA 0003523-62.2015.5.04.0000	02 meses e 07 dias
		13.04 a 19.04.2016	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular – PA 0003523-62.2015.5.04.0000	07 dias
		20.04.2016	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	01 dia
		21.04.2016	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular – PA 0003523-62.2015.5.04.0000	01 dia
		22.04 a 21.05.2016	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	30 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		22.05 a 31.07.2016	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular – PA 0003523-62.2015.5.04.0000	02 meses e 10 dias
3	Luciana Caringi Xavier (Juíza do Trabalho Substituta)	07.01 a 08.02.2015	Atuou em razão de regime de exceção	01 mês e 02 dias
		11.03 a 24.06.2015	Atuou em razão de regime de exceção	03 meses e 14 dias
		27.06 a 15.07.2015	Atuou em razão de regime de exceção	19 dias
		16.07 a 19.07.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	04 dias
		30.07 a 14.08.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	16 dias
		20.08 a 21.10.2015	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular – PA 0003523-62.2015.5.04.0000	02 meses e 02 dias
		24.10 a 08.12.2015	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular – PA 0003523-62.2015.5.04.0000	01 mês e 15 dias
		14.12 a 18.12.2015	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular – PA 0003523-62.2015.5.04.0000	05 dias
		12.03 e 13.03.2015	Atuou em razão a Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	02 dias
		14.03 a 12.04.2016	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular – PA 0003523-62.2015.5.04.0000	30 dias
		13.04 a 17.07.2016	Atuou em razão a Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	03 meses e 05 dias
		26.07 a 31.07.2016	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	06 dias
		01.08 a 21.08.2016	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular – PA 0003523-62.2015.5.04.0000	21 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		22.08 a 30.08.2016	Atuou em razão das férias da Juíza Substituta lotada	09 dias
		31.08 a 20.09.2016	Atuou em razão a Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	21 dias
4	Carolina Hostyn Gralha Beck (Juíza do Trabalho Substituta)	10.02 e 11.02.2015	Atuou como Juíza Auxiliar	02 dias
5	Elisabete Santos Marques (Juíza Titular da 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre)	12.02.2015	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular (PA 0008275-14.2014.5.04.0000)	01 dia
6	Bárbara Fagundes (Juíza do Trabalho Substituta)	16.04 e 17.04.2015	Atuou em razão do afastamento do Juiz titular (PA 0000693-26.2015.5.04.0000)	02 dias
		18.04 a 25.04.2015	Atuou em razão de a Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença para tratamento de saúde - LTS	08 dias
		27.04 e 28.04	Atuou em razão das férias da Juíza Substituta lotada	02 dias
		29.04 e 30.04.2015	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular (PA 0002601-21.2015.5.04.0000)	02 dias
		01.05 a 04.05.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Substituta lotada	04 dias
		05.05 e 06.05.2015	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular (PA 0002698-21.2015.5.04.0000)	02 dias
		07.05 a 11.05.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Substituta lotada	05 dias
		12.05 a 14.05.2015	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular – PA 0002859-31.2015.5.04.0000	03 dias
		15.05 a 17.05.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Substituta lotada	03 dias
		08.04.2016	Atuou em regime de exceção	01 dia



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		29.04.2016	Atuou em regime de exceção	01 dia
7	Laura Balbuena Valente Gabriel (Juíza do Trabalho Substituta)	18.05 a 25.05.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Substituta lotada	08 dias
		26.05 a 28.05.2015	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular – PA 0003248-16.2015.5.04.0000	03 dias
		29.05 a 31.05.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Substituta lotada	03 dias
		08.06 a 14.06.2015	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular – PA 0003523-62.2015.5.04.0000	07 dias
8	Felipe Lopes Soares (Juiz do Trabalho Substituto)	01.06.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Substituta lotada	01 dia
		02.06 e 03.06.2015	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular – PA 0003435-24.2015.5.04.0000	02 dias
		04.06 a 11.06.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Substituta lotada	08 dias
		12.06 a 14.06.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença maternidade	02 dias
		23.05 a 05.06.2016	Atuou em regime de exceção	14 dias
9	Maurício Joel Zanotelli (Juiz do Trabalho Substituto)	15.06 a 15.07.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença maternidade	31 dias
		16.07 a 19.07.2015	Atuou em razão de regime de exceção	04 dias
10	Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo (Juíza do Trabalho Substituta)	20.07.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	01 dia
		21.07 a 29.07.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença maternidade	09 dias
		30.07 a 16.08.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença maternidade	18 dias
		14.09 a 21.10.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença maternidade	01 mês e 08 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		24.10 a 08.12.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença maternidade	01 mês e 15 dias
		09.12 a 13.12.2015	Atuou em razão de afastamento do Juiz Titular – PA 0003523-62.2015.5.04.0000	05 dias
		14.12 a 18.12.2015	Atuou em razão de férias da Juíza Substituta lotada	05 dias
		10.02 a 10.03.2016	Atuou em razão a Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	30 dias
		14.03 a 12.04.2016	Atuou em razão de férias da Juíza Substituta lotada	30 dias
		15.04.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	01 dia
		06.05.2016	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia
		16.05 a 22.05.2016	Atuou em razão de regime de exceção	07 dias
11	Fernando Reichenbach (Juiz do Trabalho Substituto)	21.07 a 02.08.2015	Atuou em razão de regime de exceção	13 dias
		17.09.2015	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia
12	Átila da Rold Roesler (Juiz do Trabalho Substituto)	03.08.2015	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia
		17.08.2015	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia
		21.09.2015	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia
		07.01 a 05.02.2016	Atuou em razão a Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	30 dias
13	Nelsilene Leão de Carvalho Dupin (Juíza do Trabalho Substituta)	17.08 a 23.08.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença maternidade	07 dias
14	Juliana Oliveira (Juíza do Trabalho Substituta)	24.08 a 07.09.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença maternidade	15 dias
15	Táise Sanchi Ferrão	28.08.2015	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	(Juíza do Trabalho Substituta)	03.09 e 04.09.2015	Atuou em razão de regime de exceção	02 dias
16	Sheila dos Reis Mondin Engel (Juíza do Trabalho Substituta)	08.09.2015	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia
		25.11 e 26.11.2015	Atuou em razão de regime de exceção	02 dias
		17.06.2015	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia
		05.08 a 21.08.2016	Atuou em razão de férias da Juíza Substituta lotada	17 dias
		22.08 a 30.09.2016	Atuou em razão de regime de exceção	09 dias
17	Maurício Graeff Burin (Juiz do Trabalho Substituto)	02.10.2015	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia
		08.10 a 09.10.2015	Atuou em razão de regime de exceção	02 dias
18	Daniela Meister Pereira (Juíza do Trabalho Substituta)	23.10.2015	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia
		01.04.2016	Atuou em razão de regime de exceção (turno da tarde)	01 dia
19	Rodrigo Machado Jahn (Juiz do Trabalho Substituto)	23.10.2015	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia
		18.03.2016	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia
		01.04.2016	Atuou em razão de regime de exceção (turno da manhã)	01 dia
20	Raquel Gonçalves Seara (Juíza do Trabalho Substituta)	10.11.2015	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia
		12.11.2015	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia
		18.07 a 25.07.2016	Atuou em razão a Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	08 dias
		26.07 e 27.07.2016	Atuou em razão de regime de exceção	02 dias
		01.08 a 03.08.2016	Atuou em razão de férias da Juíza Substituta lotada	03 dias
21	Marina dos Santos Ribeiro (Juíza do Trabalho Substituta)	18.11.2015	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia
		05.05.2016	Atuou em razão de regime de exceção (turno da manhã)	01 dia



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		13.05.2016	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia
		20.07.2016	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia
		22.07.2016	Atuou em razão de regime de exceção	01 dia
22	Sheila Spode (Juíza do Trabalho Substituta)	08.04.2016	Atuou em razão de regime de exceção (turno da manhã)	01 dia
23	Edenir Barbosa Domingos (Juiz do Trabalho Substituto)	06.06 a 12.06.2016	Atuou em razão de regime de exceção	07 dias
		13.06 a 15.06.2016	Atuou em razão de regime de exceção	04 dias
24	Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo (Juíza do Trabalho Substituta)	20.06 a 15.07.2016	Atuou em razão de regime de exceção	26 dias
25	Roberta Testani (Juíza do Trabalho Substituta)	18.08.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	01 dia

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 29.08.2016)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos Lotados durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total em Dias
Titular	Luiz Antonio Colussi	Férias	07.01 a 05.02.2015	30
		Afastamento PA nº 0008275-14.2014.5.04.0000	07.02 a 15.02.2015	09
		Afastamento PA nº 0001007-69.2015.5.04.0000	24.02 e 25.02.2015	02
		Afastamento PA nº 0001067-42.2015.5.04.0000	03.03 e 04.03.2015	02
		Afastamento PA nº 0001061-35.2015.5.04.0000	10.03 e 11.03.2015	02
		Afastamento PA nº 0001597-46.2015.5.04.0000	17.03 e 18.03.2015	02
		– Afastamento PA nº 0001766-33.2015.5.04.0000	24.03 e 25.03.2015	02
		Afastamento PA nº 0000693-26.2015.5.04.0000	16.04 e 17.04.2015	02
		Afastamento PA nº 0002601-21.2015.5.04.0000	29.04 e 30.04.2015	02
		Afastamento PA nº	05.05 e 06.05.2015	02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		0002698-21.2015.5.04.0000		
		Afastamento PA nº 0002859-31.2015.5.04.0000	12.05 a 14.05.2015	03
		Afastamento PA nº 0003248-16.2015.5.04.0000	26.05 a 28.05.2015	03
		Afastamento PA nº 0003435-24.2015.5.04.0000	02.06 e 03.06.2015	02
		Afastamento PA nº 0003523-62.2015.5.04.0000	04.06 a 17.06.2015	14
		Afastamento PA nº 0003333-02.2015.5.04.0000	18.06 e 19.06.2015	02
		Afastamento PA nº 0003523-62.2015.5.04.0000	20.06 a 15.07.2015	26
		Férias	16.07 a 19.07.2015	04
		Férias	21.07 a 14.08.2015	25
		Afastamento PA nº 0003523-62.2015.5.04.0000	16.08.2015 a 19.04.2016	248
		Saldo de férias	20.04.2016	01
		Afastamento PA nº 0003523-62.2015.5.04.0000	21.04.2016	01
		Férias	22.04 a 21.05.2016	30
		Afastamento PA nº 0003523-62.2015.5.04.0000	22.05 a 21.08.2016	92
Substituta lotada	Patrícia Lannini dos Santos	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	06.04 a 25.04.2015	20
		Férias	27.04 a 11.06.2015	46
		Licença maternidade (LG)	12.06 a 08.12.2015	180
		Férias	09.12 a 20.12.2015	12
		Férias	14.03 a 12.04.2016	30
		Férias	01.08 a 30.08.2016	30

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 29.08.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Cristina Bach	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor(a) de Secretaria (CJ3)	07.12.2012



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2	Adriana Corali Chaves Schmidt	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	07.06.2013
-	Guido Strauss De Lorenzo	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	09.03.2011
3	Caroline Grohs	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	20.03.2013
4	Caroline Silva Fenilli Pettenuzz	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Secretário(a) de Audiência (FC03)	06.07.2009
5	Rodrigo Ely	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Secretário(a) de Audiência (FC03)	22.10.2012
6	Lia Suzana Dal Ponte Reis	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC02)	27.03.2014
7	Vladimir Do Nascimento Rodrigues	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC02)	23.07.2013
8	Camila Pasa De Moraes	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	01.12.2014
9	Karen Da Silva Alves Montardo	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	26.03.2014
10	Patricia Policarpo Dos Santos	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	12.08.2014
11	Rafael Bassani	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	11.02.2015
12	Rafael Thomann Zandavalli	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	19.03.2013
13	Rubia Da Silva Leviski Feyh Zago	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	19.12.2014
14	Sergio De Oliveira	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	01.07.2015
15	Victor Flavio Santana De Arruda	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	12.07.2016
Exc	George Divoncir De Araujo Matos	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	26.11.2014
Exc	Oswaldo Jurandir Nunes Da Silva	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	22.08.2013

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 23.08.2016)

* Servidor classificado como “excedente” pela SEGESP

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
---	---	-------------------------------	---



anos de 2013, 2014 e 2015)			
2.421 processos	2.001-2.500	15 servidores	15 a 16 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre está dentro dos parâmetros previstos nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Cristina Bach	Curso ou Evento (CURS)	04	05
	Curso Parcial	01	
Adriana Corali Chaves Schmidt	Curso ou Evento (CURS)	03	03
Guido Strauss de Lorenzo	-	-	-
Caroline Grohs	Curso ou Evento (CURS)	03	03
Caroline Silva Fenilli Pettenuzz	Curso ou Evento (CURS)	01	02
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01	
Rodrigo Ely	-	-	-
Lia Suzana Dal Ponte Reis	Curso ou Evento (CURS)	01	07
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	06	
Vladimir do Nascimento Rodrigues	Curso ou Evento (CURS)	01	01
Camila Pasa de Moraes	Curso ou Evento (CURS)	01	01
	Curso ou Evento (CURS)	03	04



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Karen da Silva Alves Montardo	Doença em Pessoa da Família (LPF)	01	
Patricia Policarpo dos Santos	Dispensa do ponto (DPON)	01	20
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	17	
	Licença para Tratamento de Saúde Odonto (LTS)	02	
Rafael Bassani Desde 11.02.2015*	Dispensa Médica (DM)	01	02
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01	
Rafael Thomann Zandavalli	Curso Parcial	04	05
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01	
Rubia da Silva Leviski Feyh Zago	Curso ou Evento (CURS)	05	189
	Licença-Gestante (LG)	120	
	Gestante Prorrogação - LG	60	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	04	
Sergio de Oliveira Desde 01.07.2015*	Curso ou Evento (CURS)	05	13
	Curso Parcial	01	
Victor Flavio Santana de Arruda Desde 12.07.2016*	Prazo para deslocamento (PD)	20	20
George Divoncir de Araujo Matos	Curso ou Evento (CURS)	03	33
	Dispensa Médica (DM)	02	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	28	
Osvaldo Jurandir Nunes da Silva	Doença em Pessoa da Família (LPF)	13	20
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	07	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.08.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015. Na 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, houve suspensão de expediente externo, exceto para a entrega de alvarás cujo andamento “Alvará Liberado” constava do sistema informatizado (InFOR) e para atendimento de medidas reputadas urgentes, bem como referentes a processos em tramitação eletrônica. Houve, também, interrupção dos prazos em curso dos processos físicos,



preservados os prazos concedidos em audiência, os prazos em curso relativos aos processos eletrônicos e a realização de todas as audiências designadas, conforme a Portaria nº 01/2015, expedida pelo Juiz Titular Luiz Antonio Colussi; houve redução do horário de atendimento externo para o período das 11h às 14h, mantidos o curso dos prazos e a realização das audiências anteriormente estabelecidas, segundo a Portaria nº 02/2015, expedida pelo Juiz Titular Luiz Antonio Colussi; houve a revogação do artigo 4º da Portaria 02/2015, a contar de 26.08.2015, exclusivamente no que tange à interrupção dos prazos, conforme a Portaria 03/2015, expedida pela Juíza do Trabalho Substituta Luciana Caringi Xavier; houve a alteração do horário de atendimento ao público externo para às 11h até às 16h, a contar de 25.09.2015, segundo a Portaria 04/2015, expedida pela Juíza do Trabalho Substituta Luciana Caringi Xavier; houve o reestabelecimento do horário de atendimento externo com revogação do artigo 1º das Portarias 02/2015, 03/2015 e 04/2015, a contar de 02.10.2015, conforme a Portaria nº 005/2015, expedida pela Juíza do Trabalho Substituta Luciana Caringi Xavier.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1 Bruno Mahlmann Rieger*	18.12.2014	17.05.2015	04 meses e 30 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria - Assistente de Gabinete (FC05)
2 Clarissa Silva Portela Lopes	02.06.2014	31.07.2016	02 anos, 01 mês e 30 dias	Lotação no Gab. Des. Cassou Barbosa – Assistente de Gabinete (FC05)
3 Humberto Araujo Souza	21.06.2013	02.02.2015	01 ano, 07 meses e 12 dias	Exonerado
4 Lucineia Rodrigues de Oliveira	06.12.2013	11.07.2016	02 anos, 07 meses e 06 dias	Removida por permuta para o TRT da 6ª Região
5 Magda Rigon	07.01.2014	01.05.2016	02 anos, 03 meses e 25 dias	Lotação na Coordenadoria de Documentação e Pesquisa

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.08.2016)



2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Vanessa Dias Morch	Superior em Direito	17.06.2015 a 16.12.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.08.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 30ª Vara Trabalho de Porto Alegre foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 2.001 a 2.500 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 2.001 a 2.500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Bento Gonçalves – 01ª Vara	2.208	2.212	2.327	2.249,00
Bento Gonçalves – 02ª Vara	2.211	2.224	2.318	2.251,00
Estância Velha – 01ª Vara	1.803	2.501	2.683	2.329,00
Osório – 01ª Vara	2.723	2.746	2.759	2.742,67
Porto Alegre – 30ª Vara	2.181	2.256	2.826	2.421,00

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	5.582	5.634	0,93%	5.732	1,74%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	208	319	53,37%	223	-30,09%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Pendentes de finalização na fase de execução***	1.715	1.527	-10,96%	1.508	-1,24%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	2	2	0,00%	1	-50,00%
Total	7.507	7.482	-0,33%	7.464	-0,24%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

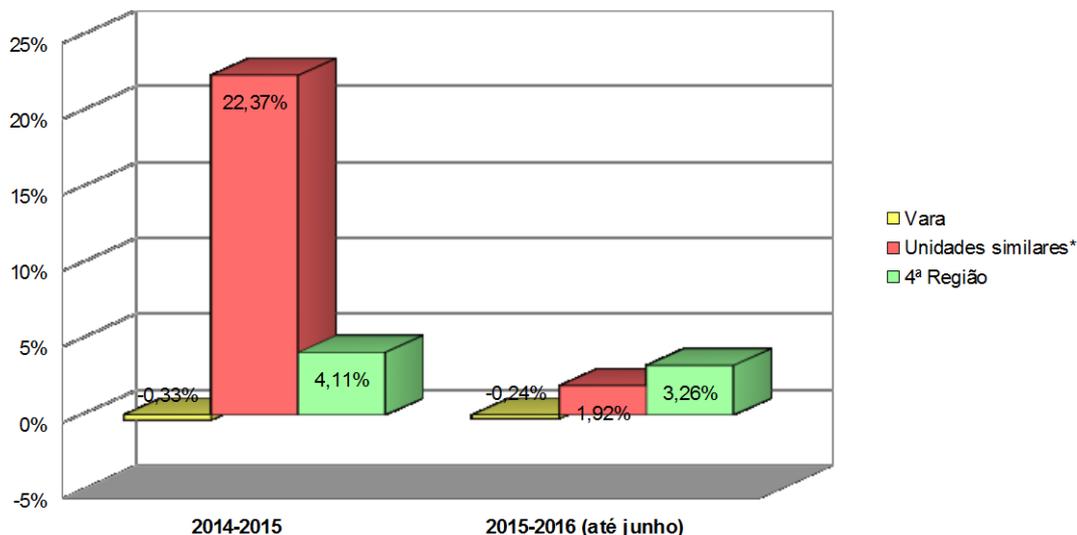
No ano de 2015, houve redução de 0,33% de processos tramitando na Unidade Judiciária, o que equivale a 25 processos. Em números de processos, a execução foi a fase que mais contribuiu para a diminuição desse estoque (redução de 188 processos).

A variação do acervo de processos na 30ª Vara Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi inferior ao resultado apresentado pelas demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, em que houve aumento de 22,37% no acervo, e também inferior à média de toda 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 4,11% nos processos em tramitação.

No período de janeiro a junho de 2016, o estoque de processos tramitando recuou 0,24%, índice novamente abaixo da média das Unidades com tramitação processual acima de 2.000 processos por ano, bem como da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



Variação do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Casos novos	2.256	2.826	25,27%	1.383	-51,06%
Sentenças anuladas/reformadas	30	18	-40,00%	2	-88,89%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.936	2.178	12,50%	1.406	-35,45%
Processos pendentes de solução	2.703	3.386	25,27%	3.417	0,92%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

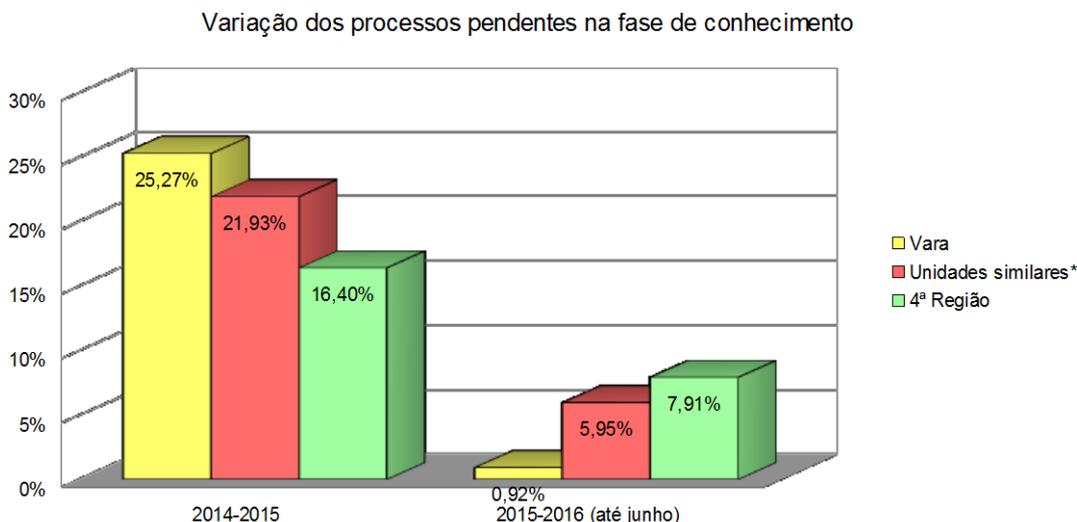
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 25,27% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 2.703 para 3.386 processos). Referido aumento foi superior à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 21,93% em seus processos pendentes) e também à média de todo o regional (em que o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal motivo para o aumento do estoque na Unidade foi o crescimento do número de casos novos em 25,27%.

Outrossim, os dados dos seis primeiros meses de 2016 apontam redução de 0,92% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em função, principalmente, do número de processos solucionados na unidade ter superado o número de casos novos no período. Esse índice foi melhor do que a variação média das unidades com tramitação processual similar (5,95%) e do



que a média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016 (7,91%), conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015 (69,79%). Além disso, convém destacar o aumento de 211,49% nos processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido, em 2015:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	357	500	40,06%	448	-10,40%
Aguardando encerramento da instrução	1.988	2.363	18,86%	2.526	6,90%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	271	252	-7,01%	255	1,19%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	87	271	211,49%	188	-30,63%
TOTAL	2.703	3.386	25,27%	3.417	0,92%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos				
	2014	2015	Varição 2014-2015	Varição 2015-2016
				2016 (até 30.06)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Porto Alegre – 30ª Vara	85,82%	77,07%	-10,19%	101,66%	31,91%
Unidades similares*	74,13%	74,99%	1,17%	90,08%	20,11%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	89,05%	-0,07%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 77,07% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma redução de 10,19% em relação ao índice do ano anterior. Apesar disso, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2,08 pontos percentuais; foi inferior, contudo, à média geral do TRT4 em 12,04 pontos percentuais.

No primeiro semestre de 2016, foram solucionados na Unidade Judiciária 101,66% dos processos distribuídos no mesmo período, resultado melhor que o período anterior.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até30.06)	Varição 2015-2016
Porto Alegre – 30ª Vara	41,45%	39,39%	-4,96%	29,48%	-25,16%
Unidades similares*	46,29%	46,13%	-0,35%	38,14%	-17,31%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	38,53%	-30,20%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados 30ª Vara Trabalho de Porto Alegre foi de 39,39% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 4,96% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual em 6,74 pontos percentuais e pela média de toda a 4ª Região em 15,81 pontos percentuais.

No primeiro semestre de 2016, o índice de processos julgados 30ª Vara Trabalho de Porto Alegre reduziu-se para 29,48% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado inferior ao obtido em 2015.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 30.06)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	405	20,92	452	20,75	236	16,79
	Julgado procedente	59	3,05	70	3,21	8	0,57
	Julgado procedente em parte	546	28,2	500	22,96	450	32,01
	Julgado improcedente	561	28,98	598	27,46	470	33,43



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Extinto	22	1,14	24	1,1	21	1,49
	Outras decisões	0	0	0	0	1	0,07
	SUBTOTAL	1.593	82,28	1.644	75,48	1.186	84,35
Sem exame de mérito	Extinto	37	1,91	107	4,91	73	5,19
	Arquivamento (art. 844 CLT)	268	13,84	383	17,58	121	8,61
	Desistência	35	1,81	41	1,88	25	1,78
	Outras decisões	3	0,15	3	0,14	1	0,07
	SUBTOTAL	343	17,72	534	24,52	220	15,65
TOTAL		1.936	100	2.178	100	1.406	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Verificou-se aumento de 242 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 12,5%. Esse resultado vai ao encontro daquele obtido nas demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, as quais registraram uma elevação média de 9,42% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014, bem como da média obtida em todo o Regional que, em 2015, apresentou um aumento de 8,19% no número de processos solucionados.

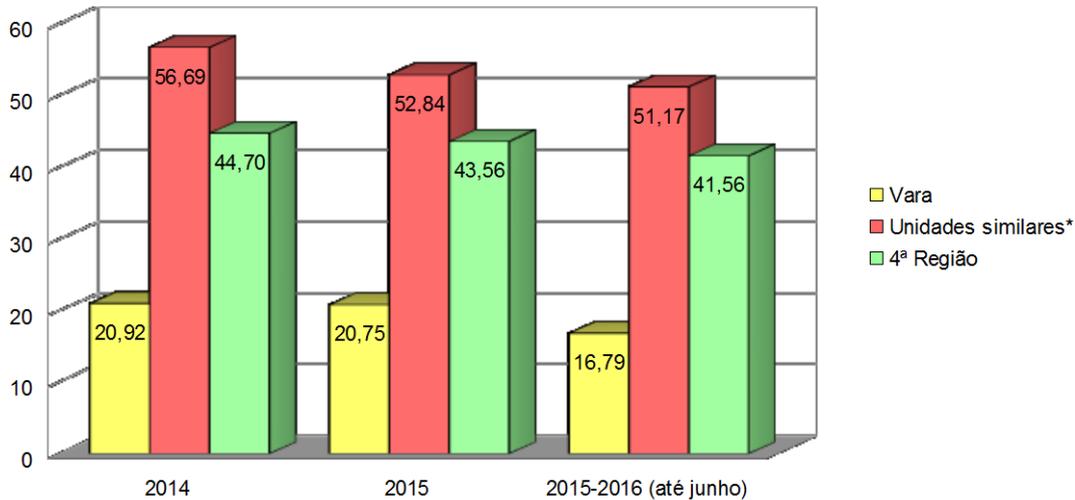
Dentre os tipos de solução, verificou-se incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 1.188 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número foi 1.192 decisões, representando um aumento de 0,34%. O desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares, que apresentaram aumento médio de 10,38%, bem como à média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região, que avançou 7,56%.

A análise do quadro acima demonstra redução no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária, ainda que tenha havido aumento em números absolutos. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 405, representando 20,92% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 452, mas passou a corresponder a 20,75% das soluções na fase de conhecimento – índice muito inferior à média das unidades similares à correccionada, que foi de 52,84%, e à média regional de 2015, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue. Entretanto, cabe ressaltar que há bastante dificuldade na celebração de acordo entre as partes - por ser essa unidade especializada em acidentes de trabalho - mormente por que a discussão envolve fato controverso: o reconhecimento do próprio acidente.

Por fim, constata-se que entre janeiro e junho do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 16,79%, resultado abaixo da média das unidades com movimentação similar e da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Iniciadas	297	353	18,86%	190	-46,18%
Encerradas	344	210	-38,95%	254	20,95%
Pendentes	178	306	71,91%	213	-30,39%
Arquivo Provisório	1	1	0,00%	3	200,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação avançou de 178, em 2014, para 306, em 2015, importando em uma elevação de 71,91%. Esse percentual foi superior à média das demais unidades com tramitação processual similar, que tiveram aumento de 33,48%, e à média de toda a primeira instância da 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação aumentou apenas 5,88%.

Um dos principais motivos dessa elevação foi o aumento de 18,86% no número de liquidações iniciadas na Unidade, associado à redução de 38,95% nas liquidações encerradas.

Nos seis primeiros meses de 2016, houve recuo de 93 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 - o que corresponde a uma queda de 30,39%, índice superior ao das unidades similares à correccionada, que foi de redução de 13,82%, e à média regional de 2015, que foi 1,32% menor que a do período anterior.



3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 30ª Vara	115,82%	59,49%	-48,64%	133,68%	124,72%
Unidades similares*	87,96%	63,40%	-27,92%	104,09%	64,19%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	89,52%	1,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 59,49% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 48,64% em relação ao índice do ano anterior. Por outro lado, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 3,91 e 28,94 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 30ª Vara	65,90%	39,55%	-39,99%	51,21%	29,49%
Unidades similares*	51,68%	35,39%	-31,51%	33,39%	-5,67%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	40,91%	-24,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 30ª Vara Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 39,55% do número total de liquidações a encerrar – resultado 39,99% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho superou a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 4,15 pontos percentuais mas foi superado pela média geral do TRT4 em 14,77 pontos percentuais.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	538	478	-11,15%	396	-17,15%



	Desarquivadas para prosseguimento	617	92	-85,09%	13	-85,87%
Saídas	Encerradas	497	529	6,44%	376	-28,92%
	Arquivadas Provisoriamente	13	8	-38,46%	1	-87,50%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	1	1	0,00%	1	0,00%
	Demais	1.401	1.353	-3,43%	1.386	2,44%
	Total	1.402	1.354	-3,42%	1.387	2,44%
Saldo no arquivo Provisório		307	224	-27,04%	213	-4,91%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 30ª Vara Trabalho de Porto Alegre caiu de 1.402 para 1.354 processos, o que corresponde a um recuo de 3,42% em relação ao ano anterior. Esse índice vai de encontro à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou um aumento de 0,72% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para essa redução foi a diminuição do número de execuções iniciadas na Unidade em relação ao ano anterior, combinada com uma elevação no número de liquidações encerradas na comparação entre esses dois períodos.

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a junho de 2016 apontam aumento de 2,44% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado pouco superior à média regional no mesmo período, que avançou 1,33%.

3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 30ª Vara	92,38%	110,67%	19,80%	94,95%	-14,20%
Unidades similares*	90,59%	107,15%	18,27%	116,47%	8,70%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	71,19%	-11,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 110,67% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma majoração de 19,8% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 3,52 e 30,63 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento



	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 30ª Vara	18,72%	24,19%	29,22%	19,05%	-21,25%
Unidades similares*	14,31%	17,48%	22,12%	15,13%	-13,43%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	8,97%	-41,73%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas 30ª Vara Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 24,19% do número total de execuções a encerrar – resultado 29,22% maior que o verificado no ano anterior. De qualquer sorte, tal desempenho foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 6,71 e 8,8 pontos percentuais, respectivamente.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	267	276	3,37%	144	-47,83%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	120	122	1,67%	111	-9,02%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	916	1.036	13,10%	1.045	0,87%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 30ª Vara Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2015 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 30.06.2016. Dessa



consulta, **não resultou** qualquer processo com execução encerrada definitivamente e que ainda possua devedores inscritos no BNDT.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 30.06)		
	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes
Embargos de declaração	357	391	106	302	285	131	162	188	99
Antecipações de tutela	199	136	133	224	216	154	109	121	72
Impugnações à sentença de liquidação	46	31	36	50	38	51	25	34	43
Embargos à execução	157	131	112	132	102	140	142	105	177
Embargos à arrematação	3	3	1	0	1	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	2	2	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	9	8	8	7	4	11	6	6	12
TOTAL	773	702	396	715	646	487	444	454	403

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 715 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 7,5% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados caiu 7,98% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 702 para 646; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão subiu de 396, em 2014, para 487 processos (aumento de 22,98%). Destaca-se, por fim, que em 30.06.2016, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 403 processos, saldo 17,25% inferior ao do final do período anterior – sendo que os embargos à execução eram a espécie que correspondia à maior parte (43,92%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja, ainda, pela escolha equivocada de andamentos no sistema



para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, tal como se demonstra nos exemplos que seguem:

1	Processo nº 0001084-27.2011.5.04.0030
Situação processual: Em 25-1-2016 foram opostos embargos declaratórios pela reclamada, os quais não foram recebidos. No entanto, sem que tenha sido dada a específica conclusão e solução no sistema (decisão em incidente processual), permanece a pendência junto ao sistema.	
2	Processo nº 0001259-21.2011.5.04.0030
Situação processual: Em 6-8-2015 foi apresentado pedido de antecipação dos efeitos da tutela, o qual foi indeferido em, 9-11-2015, por meio de simples despacho. No entanto, sem que tenha sido dada a específica conclusão e solução no sistema (decisão em incidente processual), permanece a pendência junto ao sistema.	
3	Processo nº 0119000-24.2007.5.04.0030
Situação processual: Em 29-4-2015 foi interposta impugnação à sentença de liquidação pelo reclamante, a qual não foi recebida, em 8-10-2015, por meio de simples despacho. No entanto, sem que tenha sido dada a específica conclusão e solução no sistema (decisão em incidente processual), permanece a pendência junto ao sistema.	
4	Processo nº 0109800-56.2008.5.04.0030
Situação processual: Em 25-1-2016 foi apresentada exceção de pré-executividade pela reclamada, que foi rejeitada mediante simples “decisão/despacho”. No entanto, sem que tenha sido dada a específica conclusão e solução no sistema (decisão em incidente processual), permanece a pendência junto ao sistema.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 29.08.2016)

** Para registro da decisão de antecipação de tutela no PJe, deve ser encaminhado o processo para decisão do tipo “Antecipação de Tutela” registrando-se, posteriormente, o tipo de decisão oferecida (concedida, concedida em parte, não concedida ou prejudicado o incidente). Esse andamento deverá ser registrado, inclusive, junto com a sentença, caso somente esta decida a antecipação de tutela.*

Caso tenha sido proferida a sentença e o processo já esteja na fase de liquidação, o procedimento acima não estará mais disponível. Dessa forma, há duas formas de retirar a pendência desse tipo de incidente:

- 1) Caso a antecipação de tutela tenha sido apresentada junto com a petição inicial (ou seja, no cadastramento foi assinalado pelo advogado ou pelo servidor que revisou o cadastramento que há pedido de antecipação de tutela) pode ser retificada a autuação e desmarcado o campo “antecipação de tutela”.*
- 2) Caso a antecipação de tutela tenha sido apresentada como pedido em uma petição à parte, deve ser feita uma conclusão para julgamento, prejudicado o incidente informando do tipo antecipação de tutela.*

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

Registre-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.



4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Média Sumaríssimo	201,44	311,64	54,71%	237,92	-23,66%
	Média Ordinário	426,82	426,86	0,01%	487,51	14,21%
	Média Geral	423,54	425,61	0,49%	485,01	13,95%

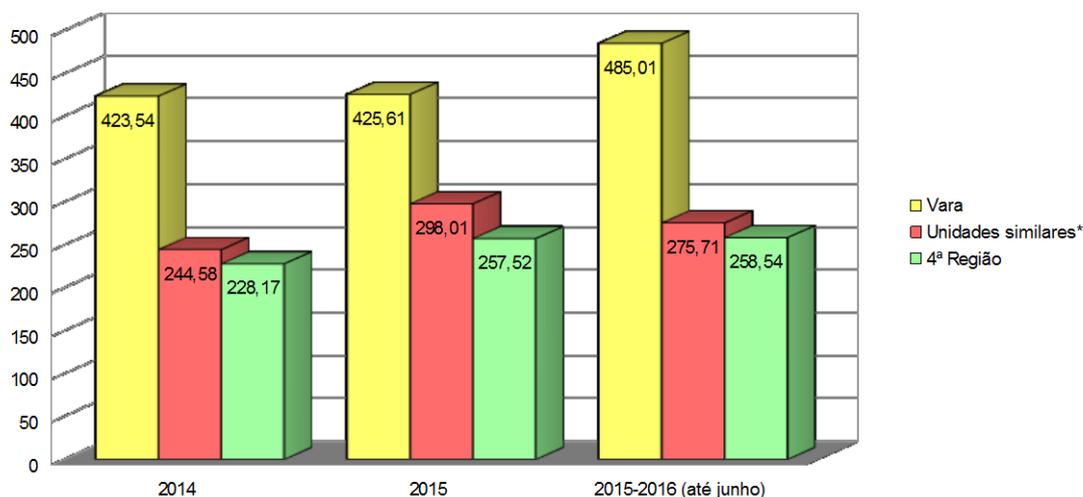
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 30ª Vara Trabalho de Porto Alegre apresentou uma elevação de 0,49%, passando de 423,54 para 425,61 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 54,71% em relação à média do ano anterior, passando de 201,44 para 311,64 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 426,85 dias, mantendo-se estável em comparação com o ano de 2014. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e junho de 2016 apontam uma elevação de 13,95% no prazo médio geral de tramitação na fase de conhecimento.

O lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 42,82% mais lento (127,61 dias) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 65,27% maior (168,09 dias) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT4, reduzindo as diferenças verificadas no ano de 2014. Os dados dos primeiros seis meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi 75,91% mais longo (209,3 dias) que o das demais Unidades Similares e 87,59% mais extenso que o da 4ª Região (226,46 dias). Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015- 2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	..	90,5	-	180	98,90%
	Média Ordinário	225,39	236,07	4,74%	227,16	-3,77%
	Média Geral	225,39	234,54	4,06%	226,96	-3,23%

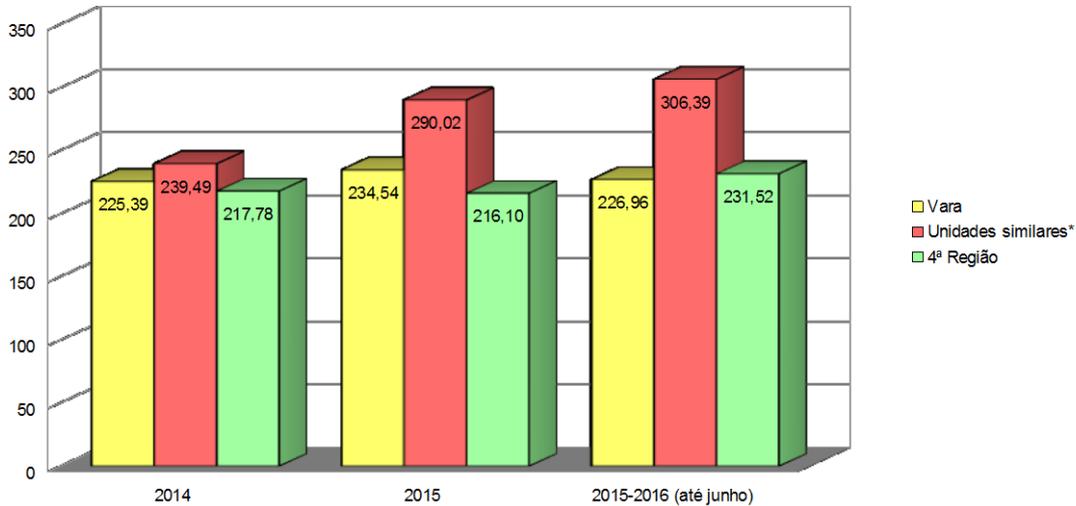
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 90,5 dias. No rito ordinário, o prazo médio alcançou 236,07 dias, 4,74% mais moroso na comparação com 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a junho, apontam uma tendência de redução do prazo médio entre o início e o encerramento da liquidação.

Apesar da elevação de prazo registrada em 2015, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 19,13% mais célere (55,48 dias menor) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual mas, por outro lado, 8,53% mais lento (18,44 dias maior) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região. Todavia, os dados do período de janeiro a junho de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 25,92% mais curto (79,43 dias) que o das demais Unidades Similares e 1,97% menor (4,56 dias) que o da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente privado	604,46	739,82	22,39%	711,24	-3,86%
	Média Ente público	780,38	1.092,85	40,04%	989,17	-9,49%
	Média Geral	607,82	750,47	23,47%	721,32	-3,88%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

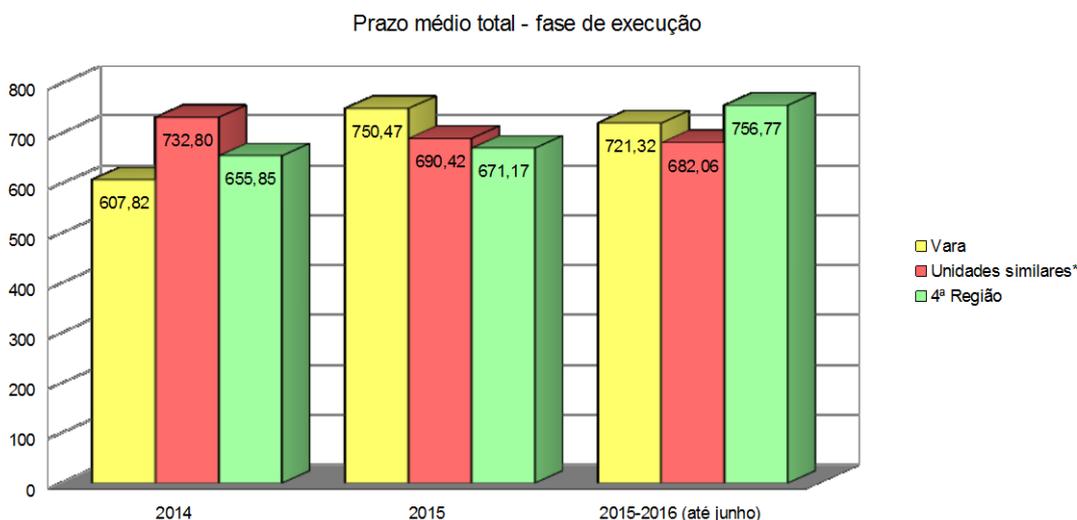
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 604,46 dias, em 2014, para 739,82 dias, em 2015. De janeiro a junho de 2016, no entanto, a média diminuiu para 711,24 dias, prazo 3,86% menor que o do período anterior.

Quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 780,38 dias, em 2014, para 1.092,85, em 2015. Todavia, nos primeiros seis meses de 2016, o lapso de tramitação recuou para 989,17 dias, que equivale a uma redução 9,49% na comparação com 2015.

Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 30ª Vara Trabalho de Porto Alegre foi 8,7% mais lento (60,05 dias maior) que o tempo médio das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 11,82% maior (79,3 dias) que a média de toda a 4ª Região. Sinala-se que a Unidade, em 2015, apresentou desempenho bastante inferior daquele verificado em 2014, quando as médias processuais na Unidade foram mais céleres que as das demais unidades de faixa de movimentação processual similar e da média geral de todo o TRT da 4ª Região.



Finalmente, verifica-se que nesses seis primeiros meses de 2016, o prazo médio da Unidade foi 5,76% maior (39,25 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar, mas 4,68% menor (35,45 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
2.826	2.178	77,07%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
1.108	1.018	91,88%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.



META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
477	646	135,43%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
1	1	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	75	97
Estado do Rio Grande do Sul	23	34
Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	21	12
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	4	6
União	0	0
OI S.A.	29	30
Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0
Caixa Econômica Federal - CEF	20	9
Banco do Brasil S.A.	10	10
Hospital Nossa Senhora da Conceição	43	51

Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
---------------	---------------	---------------------	-----------



225	249	10,67%	Meta não cumprida
-----	-----	--------	-------------------

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	423,54	425,61	419,3	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	343	405	374	452	378	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 30.06.2016	Solucionados até 30.06	%	Resultado parcial (até 30.06)
1.383	1.406	101,66%	Período de apuração insuficiente

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 30.06	%	Resultado parcial (até 30.06)



2.672	2.379	89,03 %	Indicativo de cumprimento de meta
-------	-------	------------	-----------------------------------

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 30.06)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 30.06)
Total de acordos	343	405	374	236	382	Indicativo de cumprimento de meta
Média mensal de acordos	28,58	33,75	31,17	39,33	31,83	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 30.06)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 30.06)
396	378	95,45%	Período de apuração insuficiente

* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.



Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo de processos tramitando em 31.05.2016
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	97	100
União	0	0
Estado do Rio Grande do Sul	34	28
Caixa Econômica Federal - CEF	9	12
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	6	6
OI S.A.	30	29
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	38	41
Claro S.A.	38	30
Hospital Nossa Senhora da Conceição	51	53
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	73	71

Total em 2015	Total em 2016 (até 31.03)	Percentual atingido	Resultado
376	370	-1,60%	Meta ainda não cumprida

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças, quartas, quintas e sextas, pela manhã e pela tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã					
Tarde		8-9(I) 1-2(E) 5(P)	8-9(I) 1-2(E) 5(P)	8-9(I) 1-2(E) 5(P)	8-9(I) 1-2(E) 5(P)

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 31.08.2016)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã		8-9(I) 1-2(E) 5(P)	8-9(I) 1-2(E) 5(P)	8-9(I) 1-2(E) 5(P)	8-9(I) 1-2(E) 5(P)
Tarde					

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 31.08.2016)



Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário*
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo*
- P – Audiências de prosseguimento*
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias*
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução*

A triagem inicial é feita em secretaria. Em alguns casos, é determinada a emenda da inicial para a juntada de documentos que comprovem o alegado acidente de trabalho. Nos demais, são designadas audiências iniciais,

Essa unidade judiciária não recebe Cartas Precatórias Inquiritórias.

São feitas audiências de conciliação na fase de execução a pedido das partes ou a critério da secretaria.

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	28.10.2016	27.10.2016	28.10.2016	27.10.2016
Una Sumaríssimo				
Instrução	15.02.2018	22.02.2018	30.01.2018	31.01.2018
Tentativa de acordo em execução				

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 31.08.2016)

A unidade não tem pautas específicas para sumaríssimo porque não há demanda. Quando ajuizadas ações nesse rito, são utilizadas as pautas das iniciais.

6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015- 2016
		Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Média Sumaríssimo	67,94	66,33	-2,36%
	Média Ordinário	48,45	60,23	24,32%	75,29	25,01%
	Média Geral	48,72	60,29	23,76%	75,34	24,96%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo diminuiu de 67,94 dias, em 2014, para 66,33 dias, em 2015 (queda de 2,36). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 48,45 dias, em 2014, para 60,23 dias, em 2015 (elevação de 24,32%). O prazo médio geral sofreu aumento de 23,76% entre 2014 e 2015.



Sinala-se que os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a junho, apontam elevação de 18,92% no prazo das audiências iniciais do rito sumaríssimo, 25,01% nas do rito ordinário e de 24,96% no prazo médio geral.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, constatou-se que os prazos médios confirmam os apontados pelo sistema e-Gestão.

6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015- 2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	104,54	171,43	63,98%	116,07	-32,29%
	Média Ordinário	309,8	315,45	1,82%	360,19	14,18%
	Média Geral	306,35	314,02	2,50%	357,26	13,77%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo elevado de 104,54 dias, em 2014, para 171,43 dias, em 2015 (63,98%). O rito ordinário registrou aumento da média de 309,8 dias em 2014, para 315,45 dias, em 2015 (elevação de 1,82%).

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, constatou-se que os prazos médios são maiores do que os apontados pelo sistema e-Gestão.

Conforme informado pela Diretora, também são encerradas instruções em secretaria – em torno de trinta processos por mês.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Átila da Rold Roesler	50	28	1	2	81
Bárbara Fagundes	77	73	0	2	152
Carolina Hostyn Gralha Beck	15	9	0	0	24
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	514	353	1	7	875
Daniela Meister Pereira	3	6	0	0	9
Elisabete Santos Marques	8	3	0	0	11



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Felipe Lopes Soares	38	25	0	0	63
Fernando Reichenbach	69	31	0	0	100
Juliana Oliveira	63	41	0	0	104
Kelen Patrícia Bagetti	8	0	0	0	8
Laura Balbuena Valente Gabriel	66	49	0	0	115
Luciana Caringi Xavier	976	622	2	6	1.606
Luiz Antonio Colussi	332	287	1	19	639
Márcio Lima do Amaral	1	0	0	0	1
Marina dos Santos Ribeiro	18	10	0	0	28
Maurício Graeff Burin	20	22	0	1	43
Mauricio Joel Zanotelli	109	99	1	1	210
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	34	19	0	0	53
Patricia Iannini dos Santos	139	99	0	7	245
Raquel Gonçalves Seara	17	10	0	0	27
Rodrigo Machado Jahn	3	6	0	0	9
Sheila dos Reis Mondin Engel	23	15	0	0	38
Táise Sanchi Ferrão	7	23	0	0	30
TOTAL	2.590	1.830	6	45	4.471

2016 (até 30.06)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Átila da Rold Roesler	53	29	0	1	83
Bárbara Fagundes	12	17	0	0	29
Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	35	20	0	2	57
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	292	161	1	9	463
Daniela Meister Pereira	8	5	0	1	14
Edenir Barbosa Domingos	32	19	0	4	55
Felipe Lopes Soares	32	19	0	1	52
Luciana Caringi Xavier	417	206	0	11	634
Luís Henrique Bisso Tatsch	0	0	1	0	1
Luiz Antonio Colussi	0	1	0	0	1
Marina dos Santos Ribeiro	22	15	0	0	37
Patricia Iannini dos Santos	526	277	0	11	814
Rodrigo Machado Jahn	26	15	0	1	42
Sheila dos Reis Mondin Engel	8	5	0	1	14
Sheila Spode	9	5	0	0	14



Juiz não informado	0	1	0	0	1
TOTAL	1.472	795	2	42	2.311

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Átila da Rold Roesler	1	12	0	13	7	20
Bárbara Fagundes	6	60	0	66	12	78
Carolina Cauduro Dias de Paiva	-	14	0	14	1	15
Carolina Hostyn Gralha Beck	2	0	0	2	4	6
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	101	197	3	301	124	425
Daniela Meister Pereira	1	3	0	4	1	5
Deise Anne Longo	-	1	0	1	-	1
Edenir Barbosa Domingos	-	1	0	1	-	1
Elisabete Santos Marques	-	1	0	1	1	2
Fabíola Schivitz Dornelles Machado	-	2	0	2	-	2
Felipe Lopes Soares	4	13	0	17	7	24
Fernando Reichenbach	10	13	0	23	7	30
Jaqueline Maria Menta	-	8	0	8	-	8
Juliana Oliveira	10	11	0	21	9	30
Kelen Patrícia Bagetti	-	2	0	2	-	2
Laura Balbuena Valente Gabriel	1	3	1	5	16	21
Luciana Caringi Xavier	183	347	12	542	181	723



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Luiz Antonio Colussi	82	324	4	410	88	498
Marcelo Bergmann Hentschke	-	0	0	0	1	1
Marina dos Santos Ribeiro	2	0	0	2	1	3
Mateus Crocoli Lionzo	-	14	0	14	-	14
Maurício Graeff Burin	3	12	0	15	1	16
Mauricio Joel Zanotelli	10	56	1	67	10	77
Milena Ody	-	1	0	1	-	1
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	3	0	0	3	4	7
Patricia Iannini dos Santos	26	48	1	75	47	122
Rafaela Duarte Costa	-	5	1	6	-	6
Raquel Gonçalves Seara	3	2	0	5	3	8
Rodrigo Machado Jahn	2	3	0	5	-	5
Sheila dos Reis Mondin Engel	2	1	1	4	7	11
Táise Sanchi Ferrão	-	13	0	13	2	15
Juiz não informado	-	1	0	1	-	1
TOTAL	452	1.168	24	1.644	534	2.178

Juiz (a)	2016 (até 30.06)					Total de processos solucionados
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Átila da Rold Roesler	8	35	3	46	6	52
Bárbara Fagundes	2	5	0	7	2	9
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	-	12	0	12	-	12
Carolina Hostyn Gralha Beck	-	1	0	1	-	1
Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	2	0	0	2	3	5
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	41	254	3	298	37	335
Cloceimar Lemes Silva	-	11	0	11	-	11
Daniela Meister Pereira	2	0	0	2	1	3
Edenir Barbosa Domingos	4	3	0	7	3	10
Felipe Lopes Soares	4	7	0	11	3	14
Fernando Reichenbach	-	8	0	8	2	10
Juliana Oliveira	-	23	0	23	-	23
Kelen Patrícia Bagetti	-	1	0	1	-	1
Laura Balbuena Valente Gabriel	-	7	0	7	-	7
Luciana Caringi Xavier	79	220	2	301	70	371
Luiz Antonio Colussi	-	8	1	9	-	9
Marina dos Santos Ribeiro	2	8	0	10	-	10
Mateus Crocoli Lionzo	-	1	0	1	-	1
Mauricio Joel Zanotelli	-	1	0	1	-	1



Milena Ody	-	2	0	2	-	2
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	-	14	0	14	-	14
Patricia Iannini dos Santos	87	291	12	390	90	480
Raquel Gonçalves Seara	-	1	0	1	-	1
Rodrigo Machado Jahn	3	6	0	9	2	11
Sheila dos Reis Mondin Engel	1	5	0	6	-	6
Sheila Spode	-	0	0	0	1	1
Táise Sanchi Ferrão	-	2	0	2	-	2
Juiz não informado	1	2	1	4	-	4
TOTAL	236	928	22	1.186	220	1.406

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT. As Informações abaixo foram extraídas do Projeto BI TRT4 1 dia antes da correição.

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juíza Carolina Toaldo Duarte Da Silva Firpo	Embargos à execução	01
Juíza Carolina Toaldo Duarte Da Silva Firpo	Processos de Cognição	16
Juíza Cláudia Elisandra De Freitas Carpenedo	Processos de Cognição	01
Juiz Felipe Lopes Soares	Processos de Cognição	04
Juíza Laura Balbuena Valente Gabriel	Processos de Cognição	04
Juíza Laura Balbuena Valente Gabriel	Embargos de Declaração	01
Juíza Luciana Caringi Xavier	Processos de Cognição	149
Juíza Luciana Caringi Xavier	Embargos de Declaração	14
Juíza Luciana Caringi Xavier	Impugnações à sentença de liquidação	05
Juíza Luciana Caringi Xavier	Embargos à execução	22
Juíza Luciana Caringi Xavier	Exceções de Pré-executividade	02
Juíza Patricia Iannini Dos Santos	Processos de Cognição	62
Juíza Patricia Iannini Dos Santos	Embargos de Declaração	25



Juíza Patricia Iannini Dos Santos	Impugnações à sentença de liquidação	05
Juíza Patricia Iannini Dos Santos	Embargos à execução	22
Juíza Patricia Iannini Dos Santos	Exceções de Pré-executividade	01
Juíza Sheila Dos Reis Mondin Engel	Processos de Cognição	01
Total: 335		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 29.08.2016. Mais de 50 dias anteriores à data da consolidação dos dados: 11.06.2016)

* A listagem das sentenças pendentes há mais de 50 dias consta em anexo ao final da presente ata de correição.

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

As notificações e os ofícios são cumpridos, normalmente, no dia seguinte ao da assinatura do despacho em que determinados. São cumpridos pelo mesmo servidor que minutou o despacho.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Estavam sendo expedidos, no dia da correição, mandados, autorizações judiciais, precatórios e RPVs determinados em despachos de julho de 2016, nos processos físicos, e despachos de 10 de agosto nos processos eletrônicos.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são expedidos todos os dias. No dia da inspeção estavam sendo expedidos alvarás despachados em 22,23 e 24 de agosto.

O prazo para embargos é feito separadamente e é certificado uma semana após o vencimento. Os alvarás dele oriundos são feitos concomitantemente à certificação.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

No dia da inspeção, estava sendo despachado o protocolo de 10 de agosto no PJe e de 18 e 19 de julho nos processos físicos.

São protocoladas diariamente entre 120 e 150 petições no PJe e entre 40 e 50 nos processos físicos.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

No dia da inspeção, estava sendo certificado o prazo de 10 de agosto nos processos eletrônicos e de 19 de julho nos processos físicos.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Há remessa de autos ao TRT todas as semanas.



7.7 CONVÊNIOS

A unidade utiliza todos os convênios disponíveis.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Há arquivamento de processos todos os dias e remessa ao arquivo uma vez por mês.

7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

A unidade não possui execuções reunidas.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A unidade inscreve o devedor no BNDT após resultado negativo do BacenJud e retira ou quando extingue a execução, ou quando do arquivamento do processo.

7.11 EXAME DOS LIVROS

7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	*0000036-62.2013.5.04.0030	25.01.2016
2	0001053-41.2010.5.04.0030	18.05.2016
3	0000543-57.2012.5.04.0030	19.05.2016
4	0000946-94.2010.5.04.0030	25.05.2016
5	0000262-72.2010.5.04.0030	06.06.2016
6	0000907-63.2011.5.04.0030	06.07.2016
7	0101000-39.2008.5.04.0030	21.07.2016
8	0000276-85.2012.5.04.0030	02.08.2016
9	0143400-68.2008.5.04.0030	02.08.2016
10	0000738-08.2013.5.04.0030	08.08.016
11	0120000-25.2008.5.04.0030	08.08.2016
12	0090500-11.2008.5.04.0030	12.08.2016
13	0123500-65.2009.5.04.0030	15.08.2016
14	0000689-35.2011.5.04.0030	19.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 30.08.2016)

*Processo extraviado com necessidade de restauração.

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há empenho por parte da Unidade Judiciária para a restituição desses processos, sobretudo por meio de despachos proferidos, expedição de notificações e mandados de busca



e apreensão. Segundo informado pela Diretora, a estagiária faz a cobrança das cargas de advogados e peritos uma vez por mês, por telefone.

7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0000927-20.2012.5.04.0030	20.04.2016
2	0043100-98.2008.5.04.0030	20.04.2016
3	0001410-50.2012.5.04.0030	28.04.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 30.08.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho (despachos proferidos, expedição de notificações e mandados de busca apreensão de autos) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Carga OJ	Processo	Prazo
1	030-00311/16	0001205-89.2010.5.04.0030	26.07.2016
2	030-00310/16	0000718-22.2010.5.04.0030	01.08.2016
3	030-00312/16	0000127-55.2013.5.04.0030	01.08.2016
4	030-00339/16	0007500-79.2009.5.04.0030	08.08.2016
5	030-00340/16	0206500-02.2005.5.04.0030	15.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 30.08.2016)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 30.08.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **480 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000352-84.2012.5.04.0006
---	---------------------------------------



Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos Autos: **1)** Erro de numeração das folhas dos autos a partir da fl. 1000, devendo ser procedida a sua renumeração conforme disposto no art. 66, §1º, da CPC. **2)** Os registros de carga das fls. 579, 642, 369 (fl. 1009, se a numeração estivesse correta) não têm assinatura do servidor que recebeu os autos.

Movimentação Processual: demora no impulso processual: **1)** demora na publicação do despacho da fl. 541, que foi assinado pela juíza em 02-04-2014 e publicado pela Secretaria somente no dia 14-04-2014; **2)** há sucessivas petições de dilação de prazo (fls. 546, 549 560) para indicação de perito que não foram analisadas pelo juízo, levando mais de 4 meses (em 16-09-2014) para que o processo fosse despachado (fl. 582) com o acolhimento da indicação do perito indicado pelo reclamante em 05-05-2014; **3)** a petição de indicação de perito pela reclamada protocolada em 03/12/2014 (fls. 593-595) foi analisada somente em 11-02-2015 (fl. 595) e a notificação a ele relativa publicada apenas em 03-03-2015; **4)** há muito tempo vencido o prazo de 10 dias concedido para manifestação do reclamante em 11-02-2015, o processo é despachado apenas em 21-05-2016 (fl. 598); **5)** As petições com documentos apresentadas pela reclamada em 05-02-2016 (fls. 651-827) somente foram juntadas aos autos e apreciadas mais de um mês depois, em 04-03-2016 (termo de juntada da fl. 649v e despacho da fl. 828); **6)** o laudo pericial protocolado em 25-04-2016 foi juntado aos autos em 08-06-2016 (termo da fl. 833v); **7)** as petições apresentadas pela reclamada em 08-07-2016 e 15-07-2016 foram juntadas aos autos em 20-07-2016 e não foram analisadas até a data de remessa dos autos para esta Vice-Corregedoria, em 02-08-2016.

2

Processo nº 0058100-75.2007.5.04.0030

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: **1)** Os registros de carga das fls. 515 não têm assinatura do servidor que recebeu os autos, conforme exige o art. 53, VIII, da CPC. **2)** Não há certidão de publicação da sentença das fls. 531-2, conforme determina o art. 97 da CPC; **3)** não foi observada a ordem cronológica para a juntada das petições, pois a petição das fls. 535-9v, protocolada em 30-09-2014, foi juntada antes da petição das fls. 540-3, protocolada em 03-07-2014. Art. 101, parágrafo único, da CPC.

Movimentação Processual: demora no impulso processual: **1)** a petição apresentada pelo reclamante em 03-07-2014 (fls. 540-3) somente foi juntada aos autos três meses depois, em 03-10-2014 (termo da fl. 539v) e analisada somente em 22-10-2014 (fl. 544) – **salienta-se que a referida petição traz pedido de tramitação preferencial em razão de o reclamante ter sido acometido por cardiopatia grave;** **2)** As petições protocoladas pela reclamada em 17-06-2016 e 06-07-2016 não foram analisadas até a data de remessa dos autos para esta Vice-Corregedoria (02/08/2016).

3

Processo nº 0099300-82.1995.5.04.0030

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: O termo de juntada da fl. 193v não está firmado pelo servidor que o efetuou, conforme determina o art. 150 da CPC.

Movimentação Processual: prolatado despacho em 17-06-2016 concedendo prazo de 10 dias para manifestação do procurador do reclamado a respeito dos valores bloqueados em conta corrente (fl. 193), a notificação foi expedida apenas 27-06-2016 e publicada em 30-06-2016 (fl. 196), inexistindo certificação do vencimento do prazo até a data de remessa dos autos para esta Vice-Corregedoria (02-08-2016).

4

Processo nº 0000878-47.2010.5.04.0030

Fase: Conhecimento



Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: nada a apontar.

5 **Processo nº 0001525-71.2012.5.04.0030**

Fase: Solucionado.

Aspectos Gerais dos Autos: **1)** O Termo da fl. 162v contém informações imprecisas, uma vez que refere a juntada de “petição pelo perito”, quando deveria referir a juntada de laudo pericial. (art. 101 da CPCR); **2)** O registro de carga da fl. 223 não tem assinatura do servidor que entregou os autos em carga, nem daquele recebeu a devolução, tampouco há registro da data da devolução. Faltam, portanto, informações imprescindíveis exigidas pelo art. 53 da CPCR. **3)** O termo de juntada da fl. 223v não traz a identificação do servidor que o lançou, conforme exige o art. 150 da CPCR. **4)** Não há certidão de publicação da sentença das fls. 244-8v, conforme determina o art. 97 da CPCR; **5)** Os registros de carga das fls. 252, 253 e 288 não têm assinatura do servidor que recebeu a devolução dos autos, tampouco há registro da data da devolução. Faltam, portanto, informações imprescindíveis exigidas pelo art. 53 da CPCR. **6)** O termo de juntada da fl. 264v contém informações incompletas pois não menciona os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal que acompanham o recurso interposto pelo banco reclamado. Art. 101 da CPCR. **7)** A fl. 288 foi renumerada a carmim, sem ter sido rubricada pelo servidor, tampouco há certidão da renumeração como exige o §1º, do art. 66 da CPCR.

Movimentação Processual: nada a apontar.

6 **Processo nº 0153500-87.2005.5.04.0030**

Fase: Execução.

Aspectos Gerais dos Autos: Os registros de carga das fls. 537 e 547 não têm assinatura do servidor que recebeu a devolução dos autos, tampouco há registro da data da devolução. **No registro da fl. 547 não consta a assinatura do advogado que retirou os autos em carga.** Faltam, portanto, informações imprescindíveis exigidas pelo art. 53 da CPCR.

Movimentação Processual: demora no impulso processual: processo sem qualquer andamento desde 13/06/2016.

7 **Processo nº 0133900-80.2005.5.04.0030**

Fase: Liquidação

Aspectos Gerais dos Autos: **1)** O termo de abertura de volume da fl. 809 não está firmado. Art. 150 da CPCR. **2)** A certidão da fl. 899 não está firmada Art. 150 da CPCR. **3)** Há erro na ordem cronológica da juntada das peças e decisões aos autos. Veja-se que o termo de juntada da fl. 903v informa que a petição da fl. 904 foi juntada aos autos em 22-03-2016, todavia o despacho relativo a essa petição (fl. 905) tem data anterior: 01-03-2016. Arts. 44 e 51, §1º da CPCR.

Movimentação Processual: demora no impulso processual – a petição da fl. 904, protocolada em 27-01-2016, na qual a parte indica o nº da conta bancária para pagamento do pensionamento mensal foi juntada aos autos apenas em 22-03-2016.

8 **Processo nº 0001523-64.2012.5.04.0010**

Fase: Liquidação

Aspectos Gerais dos Autos: **1)** Os registros de carga das fls. 140, 156 e 235 não têm assinatura do servidor que recebeu a devolução dos autos, tampouco há registro da data da devolução. Faltam, portanto, informações imprescindíveis exigidas pelo art. 53 da CPCR. **2)** o registro de carga da fl. 151 não tem a assinatura do servidor que entregou os autos em carga. Falta, portanto, informação imprescindível exigidas pelo art. 53 da CPCR. **4)** O termo de juntada da fl. 189v contém informações incompletas pois não menciona os comprovantes de recolhimento de custas



e depósito recursal que acompanham o recurso interposto pelo reclamado. Art. 101 da CPCR. **5)** Inutilização incorreta dos versos em branco das fls. 235, 236, 237 e 241. Salienta-se que o art. 71 da CPCR determina a inutilização das folhas em branco mediante um risco diagonal, ou aposição de carimbo ou manuscrito contendo tal referência, podendo a secretaria optar pela lavratura de certidão que especifique mais de uma folha.

Movimentação Processual: nada a apontar.

9

Processo nº 0000040-70.2011.5.04.0030

Fase: Solucionado.

Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: nada a apontar

10

Processo nº 0001546-13.2013.5.04.0030

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos Autos: **1)** o registro de carga da fl. 206 não tem a assinatura do servidor que entregou os autos em carga. Falta, portanto, informação imprescindível exigida pelo art. 53 da CPCR. **2)** Os registros de carga das fls. 291 e 303 não têm assinatura do servidor que recebeu a devolução dos autos, tampouco há registro da data da devolução. Faltam, portanto, informações imprescindíveis exigidas pelo art. 53 da CPCR.

Movimentação Processual: nada a apontar.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 29.08.2016.

Ausência de prazo final do acordo ou acordo com prazo vencido – Processos Exemplos:	
0000960-78.2010.5.04.0030	0001598-09.2013.5.04.0030
0000966-80.2013.5.04.0030	0000964-47.2012.5.04.0030
Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:	
0000155-23.2013.5.04.0030	0146100-17.2008.5.04.0030
Processo com prazo vencido há mais de 1 ano – Processos Exemplos:	
0000987-27.2011.5.04.0030	
Demora no impulso processual – Processos Exemplos:	
0120800-58.2005.5.04.0030	0000817-89.2010.5.04.0030
0156000-29.2005.5.04.0030	
Situação do processo em andamento interno – Processos Exemplos:	
0000039-85.2011.5.04.0030	0000781-42.2013.5.04.0030



Petição protocolada aguardando apreciação do Juízo – Processos Exemplos:	
0000703-82.2012.5.04.0030	0000003-04.2015.5.04.0030
0182700-42.2005.5.04.0030	
Processo aguardando apensamento ou apensado a outro sem andamento – Processos Exemplos:	
0000851-64.2010.5.04.0030	
Ausência de indicação do prazo final – Processos Exemplos:	
0099100-84.2009.5.04.0030	
Processo aguardando remessa ao TRT – Processos Exemplos:	
0105000-53.2006.5.04.0030	0001173-79.2013.5.04.0030
Registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0212100-67.2006.5.04.0030	0000984-38.2012.5.04.0030
Processo aguardando informação de Carta Precatória por prazo superior a 45 dias – Processos Exemplos:	
0000066-34.2012.5.04.0030	0000572-13.2012.5.04.0029
0001112-54.2013.5.04.0020	0001409-65.2012.5.04.0030

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação da Diretora de Secretaria, a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “ipsis litteris” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação da Diretora de Secretaria, ocorre liberação do depósito recursal quando existe valor incontroverso, na homologação da conta.



Nas situações em que a sentença é líquida, o depósito recursal é liberado assim que efetuado o lançamento da conta.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, a Diretora de Secretaria informou que os Juízes determinam a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada. Nos casos em que a execução é truncada, e nos quais já se tentou de tudo, o Bacen é feito de forma cautelar e depois o sócio é citado. Em situações mais regulares, primeiro há a citação do sócio e depois a realização de consulta ao sistema BacenJud.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 23.09.2013.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 31.08.2016, ocasião em que o acervo processual da 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre contava com 4.815 processos na fase de conhecimento, 65 processos na fase de liquidação, 190 processos na fase de execução e 2.209 processos arquivados.

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	25
Processos com petições avulsas	111
Processos com habilitações nos autos não lidas	1
Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado	3
Processos com petições não apreciadas	1093
Processos com audiências não designadas	32
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiências	29

Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando Cumprimento de Providência	Conhecimento Prazo 2016 -09 SET 01 a 10	57	0021672- 50.2014.5.04.0030	23.10.2015



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aguardando Término dos Prazos	Conhecimento	634	0020752-42.2015.5.04.0030	19.07.2016
Prazos vencidos	Conhecimento	333	0021010-18.2016.5.04.0030	16.08.2016
Análise do Conhecimento	Conhecimento	164	0021133-16.2016.2016.0030	17.08.2016
Preparar Comunicação	Conhecimento	41	0022546-98.2015.5.04.0030	26.08.2016
Triagem Inicial	Conhecimento	14	0021812-16.2016.5.04.0030	30.08.2016
Aguardando Cumprimento de Providência -Liq	Liquidação	65	0004100-28.2007.5.04.0030	09.08.2016
Aguardando término dos prazos -Liq	Liquidação	32	0020809-94.2014.5.04.0030	16.06.2016
Prazos vencidos	Liquidação	14	0021456-89.2014.5.04.0030	27.08.2016
Aguardando Cumprimento de Providência	Execução AGUARDA BAIXA TRT (1)	5	0020032-41.2016.5.04.0030	18.05.2016
Aguardando término dos prazos	Execução	55	0020684-29.2014.5.04.0030	29.07.2016
Prazos Vencidos	Execução	36	0020316-20.2014.5.04.0030	26.07.2016

Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos entre os dias 15.08 e 17.08.2016:

1	**	Processo nº 0021377-76.2015.5.04.0030
Fase: Conhecimento Movimentação Processual: Na audiência realizada em 15.09.2015 (ID 59b5c32), foi determinada a produção da prova pericial com posterior conclusão para publicação da sentença em Secretaria. Após as manifestações das partes acerca do laudo pericial em 01.02 e 29.02.2016 (IDs 4509e33 e 6467ac6), não foi efetivada a referida conclusão. O processo permanece na pasta de tarefa "Aguardando audiência" desde 06.04.2016. Todavia, não há nova data designada para audiência.		
2	**	Processo nº 0020792-24.2015.5.04.0030
Fase: Conhecimento		



Movimentação processual: demora no impulso processual – sentença proferida em 22.06.2016 (ID a0b4399), com expedição de notificação às partes efetivada em 17.07.2016 (ID 001445c). Recurso ordinário interposto pelo reclamante em 26.07.2016, sem análise posterior pelo Juízo.

Processo está na pasta de tarefa “*prazos vencidos*” desde 28.07.2016.

3 Processo nº 0021972-12.2014.5.04.0030

Fase: Conhecimento

Movimentação processual: demora no impulso processual entre a interposição de recurso ordinário pelo reclamante em 08.12.2015 (ID f17e317) e o subsequente despacho de admissibilidade recursal, proferido em 10.02.2016 (ID a46d1bf).

4 ** Processo nº 0020513-72.2014.5.04.0030

Fase: Conhecimento

Movimentação Processual: demora no impulso processual – verifica-se o vencimento do prazo em 07.07.2016 (ID 55d2a56) para o perito responder aos quesitos complementares apresentados pela reclamada. Em seguida, diante da ausência de resposta, foi proferido despacho, determinando a renovação da notificação, apenas, em 01.08.2016 (ID 234e904), ainda sem cumprimento efetivado no processo.

Processo na pasta de tarefa “*Análise do Conhecimento - RÚBIA*” desde 01.08.2016.

5 Processo nº 0021073-43.2016.5.04.0030

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual – após a petição de retificação de cálculos apresentadas pelo reclamante em 27.07.2016 (ID dc15294) não é verificado impulso processual posterior até 15.08.2016.

6 ** Processo nº 0021039-05.2015.5.04.0030

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – **1)** petição protocolada pelo reclamante em 02.10.2015 (ID e5e8ebc), informando descumprimento de acordo, com despacho subsequente proferido, apenas, em 20.11.2015 (ID b79c8ee). **2)** Vencimento do prazo em 30.11.2015 (ID 4c07657) para reclamada comprovar o pagamento do acordo. Em seguida, diante do silêncio da reclamada, foi realizado o impulso processual, apenas, em 12.04.2016 (ID 91b9de1). **3)** Após o vencimento do prazo em 18.07.2016 (ID c84c0a8) para pagamento ou garantia do Juízo, sem manifestação da executada, não houve impulso processual por iniciativa do Juízo.

Processo está na pasta de tarefa “*Prazos vencidos*” desde 19.07.2016.

7 Processo nº 0020446-10.2014.5.04.0030

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual entre interposição de recurso pela reclamada em 08.09.2015 (ID 28c4696) e despacho subsequente relativo à admissibilidade recursal, proferido, apenas, em 08.12.2015 (ID 9ef8a17).

8 Processo nº 0021208-26.2014.5.04.0030



Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – após a petição da executada protocolada em 11.07.2016 (ID b72c640), informando novo endereço para citação, foi proferido o despacho subsequente em 02.08.2016 (ID fc3f56f), ainda sem cumprimento verificado. Processo está na pasta de tarefa “Análise de Execução - CAMILA - 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8” desde 02.08.2016

9

**** Processo nº 0021201-18.2015.5.04.0024**

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – petição do reclamante protocolada em 12.07.2016 (ID b89937b), requerendo tutela incidental de arresto, ainda não apreciada pelo Juízo.

Processo está na pasta de tarefa “Análise de Execução - CAMILA - 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8” desde 03.08.2016

10

Processo nº 0021931-45.2014.5.04.0030

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual entre o vencimento do prazo recursal das partes em 25.11.2015 (ID a026faf) e decisão de início da fase de liquidação proferida, apenas, em 20.04.2016 (ID 396db6d).

Embora em um primeiro momento chame a atenção o número de petições no agrupador “Processos com petições não apreciadas”, esse número condiz com o quanto informado pela Diretora de Secretaria, ou seja, que são protocoladas, diariamente, entre 120 e 150 petições, e que, na data da correição, estavam sendo despachadas as petições do dia 10.08.2016.

Quatro servidores da unidade trabalham exclusivamente no PJe. A Diretora e outros dois servidores trabalham tanto no PJe quanto nos processos físicos.

Um servidor trabalha na análise de conhecimento, fase na qual a diretora inicia o treinamento dos servidores no PJe. O servidor que atua no protocolo realiza os cumprimentos, à exceção dos relativos à execução, os quais são feitos por outro servidor. Importante destacar que a unidade tem poucos processos em execução no PJe.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária contou com a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT por dez vezes durante o período correccionado, de 07.01 a 09.01.2015, de 12.01 a 16.01.2015, de 19.01 a 23.01.2015, de 04.05 a 08.05.2015, de 11.05 a 15.05.2015, de 15.06 a 19.06.2015, de 22.06 a 26.06.2015, de 23.11 a 27.11.2015, de 30.11 a 04.12.2015 e de 07.12 a 11.12.2015.



11 OUVIDORIA

Constam na Ouvidoria deste TRT 30 expedientes relativos à 30ª Vara do Trabalho durante o período correccionado: 21 no ano de 2015 e 9 neste ano de 2016, abaixo listados:

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	85/2015	0000057-09.2011.5.04.0030
	695/2015	00323.2006.030.04.007
	1147/2015	0000727-47.2011.5.04.0030
	1359/2015	Não consta
	1483/2015*	Não consta
	1604/2015	0020721-56.2014.5.04.0030
	3124/2015	0000849-26.2012.5.04.0030
	3154/2015	0000714-82.2010.5.04.0030
	3981/2015	0051600-56.2008.5.04.0030
	4016/2015	0000237-59.2010.5.04.0030
	4152/2015	0000668-51.2012.5.04.0571
	204/2015, 1298/2015, 4121/2015, 4408/2015	0001081-09-2010-5-04-0030
	5162/2015	0020776-07.2014.5.04.0030
	5371/2015	110900-51.2005.5.04.0030
	5527/2015	0009700-64.2006.5.04.0030
	5595/2015	0087500-66.2009.5.04.0030
	5744/2015	0001500-58-2012-5-04-0030
5840/2015	0020213-47.2013.5.04.0030.	
2016	429/2016	0009900-71.2006.5.04.0030
	810/2016	0004500-76.2006.5.04.0030
	967/2016	0001049-67.2011.5.04.0030
	1355/2016	0020897-35.2014.5.04.0030
	1575/2016	0000714-10.2013.5.04.0020
	1803/2016	0020626-89.2015.5.04.0030
	2471/2016	0004500-76.2006.5.04.0030
	2495/2016	0051700-79.2006.5.04.0030
2918/2016	0051700-79.2006.5.04.0030	



Dos expedientes listados, 19 se referem à demora no andamento do processo, 08 se referem a pedido de prolação de sentença e 03 se referem a atendimento da secretaria: 01 trata-se de elogio*.

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre detém competência exclusiva para processar e julgar ações que versam sobre acidente de trabalho e suas respectivas indenizações. Em termos de movimentação processual, é a segunda maior unidade do estado, com distribuição média de **2.421 processos/ano**, ficando atrás apenas da Vara de Osório.

Desde o ano de 2014, o número de casos novos vêm aumentando significativamente (de 2.181 casos novos em 2013 para **2.826 em 2015**). Contudo, a quantidade de processos no acervo da unidade não vêm diminuindo na mesma proporção.

Na fase de conhecimento, o número de processos pendentes de solução vêm aumentando: 2.417 em 2013, 2.703 em 2014, 3.386 em 2015 e 3.417 no final do primeiro semestre de 2016. Isso se deve, basicamente, ao aumento no número de casos novos sem que haja a solução de processos na mesma proporção, inclusive, no primeiro semestre de 2016, foram solucionados na Unidade Judiciária 101,66% dos processos distribuídos no mesmo período. O número de processos na fase de liquidação é ínfimo se comparado ao tamanho da unidade. A execução tem se mantido no mesmo patamar – em torno de 20% dos processos tramitando.

O prazo médio de tramitação do processo entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença é bem superior ao das unidades similares e ao do TRT4.

Na inspeção se pode verificar as boas instalações da unidade, o bom aproveitamento do espaço físico, a organização dos arquivos com processos físicos e a disposição das mesas.

O número atual de servidores da 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre é insuficiente diante do elevado número de processos tramitando.

Apontou a diretora ter a unidade sofrido bastante com a alta rotatividade dos servidores bem como o seu desejo de ver o quadro da vara aumentado, tendo em vista o maior volume de processos em tramitação. Esclareceu que tem dois ótimos servidores como excedentes em razão de processo administrativo, os quais pretende ver encampados pelo aumento do número oficial de servidores lotados (são 15 servidores lotados mais 2 excedentes). Destacou seu projeto de acabar com os processos físicos na unidade, os quais geram, ainda, muito movimento no balcão de atendimento. Como parte desse objetivo, a vara está utilizando o CLE nos processos que baixam do Tribunal desde julho, como vara piloto do projeto.

Como peculiaridades da unidade, tem-se o fato de haver muitas sentenças líquidas. Nesses casos, assim que o processo retorna do TRT, é lançada a conta no sistema e liberado o depósito recursal ao autor. Também são características a quase inexistência de acordos e de processos distribuídos pelo rito sumaríssimo.



Segundo a Diretora, aproximadamente 60% das ações são julgadas improcedentes e são muitos os processos encerrados em secretaria (quando há um terceiro juiz), o que libera a pauta mas, em contrapartida, ocupa bastante tempo da sua jornada. Referiu a necessidade de ter um terceiro juiz de forma permanente na unidade ou que fosse criada mais uma vara especializada, o que, inclusive, entende que seria mais efetivo, tanto pelo aumento no número de juízes quanto pelo aumento no número de servidores envolvidos na resolução dos processos (e de funções de confiança, instrumento de barganha para conseguir pessoal).

A triagem inicial que sofrem as ações recebidas é bastante criteriosa. A parte autora é intimada, se necessário, a juntar documentos a comprovar a doença que alega possuir antes de qualquer outra determinação. Ações que trazem outros pedidos são extintas por causa da competência (quanto a tais pedidos).

Mantido o critério de vara especializada única, a Diretora entende necessária a designação de um terceiro secretário de audiências para a unidade, tendo em vista que os dois secretários realizam todos os cumprimentos determinados em ata e que há o deslocamento de um servidor da secretaria para acompanhar o terceiro juiz, quando necessário. Destacou ser muito difícil planejar o trabalho por não saber com antecedência quando atuará o terceiro juiz e em que atividades ele atuará. Por fim, a Diretora elogiou a equipe de servidores da unidade.

Os dados coletados previamente à correição revelam bom nível de organização e funcionamento da 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. A análise prévia por meio dos sistemas eletrônicos disponíveis à Vice-Corregedoria foi confirmada pela situação verificada durante a inspeção.

A Unidade merece ser parabenizada pelo empenho das Juízas em exercício na unidade, Luciana Caringi Xavier e Patricia Iannini dos Santos, da Diretora de Secretaria e de todos os servidores para o bom andamento do trabalho.

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

ITEM 5.1.6 (Meta do CNJ específicas da Justiça do Trabalho - 2015)

Recomenda-se que a Unidade empenhe-se em promover, dentro do possível, a redução do prazo médio na fase de conhecimento, tendo em vista que não alcançada a meta em epígrafe (item 5.1.6, a), que estabeleceu a



redução em 1% do prazo médio geral nas Unidades de primeiro grau da 4ª Região em que este ficou acima de 200 dias.

ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida em relação aos maiores litigantes (item 5.1.5).

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – Pje)

Atente a Secretaria para as seguintes recomendações:

- a) Como forma de evitar a ocorrência da situação observada no processo 0021377-76.2015.5.04.0030, recomenda-se a realização de verificação periódica na pasta de tarefa “aguardando audiência” com a finalidade de identificar possíveis processos que não possuam audiência designada e permaneçam na referida pasta.
- b) Atente para a necessidade da prática dos atos de notificação logo após a publicação dos despachos ou decisões nesse sentido;
- c) Realize a análise da admissibilidade recursal mediante o despacho pertinente, logo após a interposição dos recursos pelas partes.
- d) Atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que se refere aos processos em fase de execução;

14 DETERMINAÇÕES

14.1. SECRETARIA

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:



- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos declaratórios apresentados pela reclamada no processo nº **0001084-27.2011.5.04.0030**;
- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da antecipação de tutela no processo nº **0001259-21.2011.5.04.0030**;
- c) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da impugnação à sentença de liquidação apresentada pelo reclamante no processo nº **0119000-24.2007.5.04.0030**;
- d) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da exceção de pré-executividade apresentada pela reclamada no processo nº **0109800-56.2008.5.04.0030**.

ITEM 5.2.2 (Meta CNJ 2/2016)

Determina-se à Unidade Judiciária a adoção das medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, destacando-se a necessidade de julgamento de, no mínimo, **26 processos** dentre aqueles distribuídos até 31.12.2014 ainda pendentes na fase de conhecimento para alcance do percentual exigido.

ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias da consulta ao sistema INFOR)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

ITEM 7.11.3 (Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema INFOR)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.11.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) observe o que dispõe o artigo 53, VIII, da CPCR quanto ao registro de carga dos processos;
- b) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPCR. A numeração dos autos deve ser efetuada com clareza, de maneira legível, para evitar erros na sequência;



- c) observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPCR;
- d) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- e) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- f) registre, no sistema informatizado, o apensamento de autos para vinculação ao processo principal;
- g) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com brevidade, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC de 1973 e art. 228 do CPC de 2015.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em 480 processos parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto:

- a) indique o prazo final dos acordos homologados ou certifique seu vencimento em processos como os de nº **0000966-80.2013.5.04.0030** e **0000964-47.2012.5.04.0030**, dentre outros;
- b) archive processos como os de nº **0000155-23.2013.5.04.0030** e **0146100-17.2008.5.04.0030**, dentre outros;
- c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de nº **0120800-58.2005.5.04.0030**, **0000817-89.2010.5.04.0030**, **0000003-04.2015.5.04.0030** e **0000703-82.2012.5.04.0030**, dentre outros;
- d) efetue a remessa de autos ao TRT como do processo de nº **0105000-53.2006.5.04.0030**, dentre outros;
- e) atualize os registros de processos como os de nº **0212100-67.2006.5.04.0030**, **0000984-38.2012.5.04.0030**, **0000066-34.2012.5.04.0030**, **0000572-13.2012.5.04.0029**, **0001112-54.2013.5.04.0020** e **0001409-65.2012.5.04.0030**, dentre outros.

14.2 MAGISTRADOS



ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que os Juízes Luciana Caringi Xavier, Patrícia Iannini dos Santos, Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo; Felipe Lopes Soares; Laura Balbuena Valente Gabriel e Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo, profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listadas ao final deste relatório, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão.

As Juízas Luciana Caringi Xavier e Patrícia Iannini dos Santos deverão informar a essa Vice-Corregedoria, em dez dias, qual o prazo necessário para o cumprimento da determinação, tendo em vista que a consulta ao Projeto BI TRT4 foi feita em 29.08.2016.

O cumprimento das determinações e do plano de trabalho enviado será acompanhado pela Secretaria desta Vice-Corregedoria.

15 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA

Solicita-se à Secretaria de Gestão de Pessoas que informe sobre:

- a) a viabilidade de os servidores excedentes serem efetivamente incorporados ao quadro, aumentando assim o número de servidores lotados na unidade;
- b) a previsão de preenchimento da vaga atualmente existente na unidade;
- c) a designação de mais um estagiário para a unidade, além dos dois inicialmente previstos, em face do elevado número de processos em tramitação;
- d) a designação de mais um secretário de audiências para acompanhar o terceiro juiz.

16 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

Os Juízes nominados no item 14.2 supra deverão atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

17 PRESENÇAS



Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza no exercício na titularidade, Luciana Caringi Xavier, com a Juíza Substituta Patrícia Iannini dos Santos, com a Diretora de Secretaria Cristina Bach e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 30ª Vara Trabalho de Porto Alegre, das 11h às 11h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Ninguém compareceu.

18 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelas Juízas Substitutas Luciana Caringi Xavier e Patrícia Iannini dos Santos, pela Diretora de Secretaria Cristina Bach e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional



ANEXO 01

LISTAGEM DE PROCESSOS COM INCIDENTES PROCESSUAIS PENDENTES HÁ MAIS DE 50 DIAS DA DATA DA CORREIÇÃO (POR MAGISTRADO):

Juíza Carolina Toaldo Duarte Da Silva Firpo - Embargos à execução (01 processo)

0000735-24.2011.5.04.0030

Juíza Carolina Toaldo Duarte Da Silva Firpo - Processos de Cognição (16 processos)

0020896-58.2015.5.04.0016

0020492-62.2015.5.04.0030

0020487-40.2015.5.04.0030

0020056-74.2013.5.04.0030

0020508-16.2015.5.04.0030

0020510-83.2015.5.04.0030

0020515-08.2015.5.04.0030

0020516-90.2015.5.04.0030

0020525-52.2015.5.04.0030

0021840-18.2015.5.04.0030

0020365-90.2015.5.04.0009

0020829-63.2015.5.04.0026

0022076-67.2015.5.04.0030

0021364-77.2015.5.04.0030

0020549-80.2015.5.04.0030

0020924-81.2015.5.04.0030

Juíza Cláudia Elisandra De Freitas Carpenedo – Processos de Cognição (01 processo)

0021675-05.2014.5.04.0030

Juíza Felipe Lopes Soares – Processos de Cognição (04 processos)

0020405-09.2015.5.04.0030

0020415-53.2015.5.04.0030

0020422-45.2015.5.04.0030

0020782-28.2015.5.04.0014

Juíza Laura Balbuena Valente Gabriel – Processos de Cognição (04 processos)

0000535-46.2013.5.04.0030

0020648-84.2014.5.04.0030

0021075-81.2014.5.04.0030

0020620-19.2014.5.04.0030



Juíza Laura Balbuena Valente Gabriel – Embargos de Declaração (01 processo)

0020388-07.2014.5.04.0030

Juíza Luciana Caringi Xavier - Processos de Cognição (149 processos)

0001596-39.2013.5.04.0030

0000501-71.2013.5.04.0030

0001022-16.2013.5.04.0030

0000646-30.2013.5.04.0030

0001219-10.2013.5.04.0017

0001328-19.2012.5.04.0030

0001359-29.2013.5.04.0022

0000007-75.2014.5.04.0030

0001171-12.2013.5.04.0030

0001359-80.2013.5.04.0005

0001274-19.2013.5.04.0030

0001165-39.2012.5.04.0030

0022018-98.2014.5.04.0030

0020664-38.2014.5.04.0030

0021836-15.2014.5.04.0030

0020181-71.2015.5.04.0030

0021073-14.2014.5.04.0030

0021284-16.2015.5.04.0030

0020359-54.2014.5.04.0030

0020202-47.2015.5.04.0030

0021750-44.2014.5.04.0030

0020201-62.2015.5.04.0030

0020277-23.2014.5.04.0030

0021448-15.2014.5.04.0030

0020234-52.2015.5.04.0030

0020228-45.2015.5.04.0030

0020381-49.2013.5.04.0030

0021152-90.2014.5.04.0030

0020135-82.2015.5.04.0030

0021006-49.2014.5.04.0030

0020256-13.2015.5.04.0030

0020246-66.2015.5.04.0030

0020561-94.2015.5.04.0030

0020259-65.2015.5.04.0030

0020280-41.2015.5.04.0030



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020812-49.2014.5.04.0030
0022038-55.2015.5.04.0030
0020131-45.2015.5.04.0030
0020270-94.2015.5.04.0030
0022054-43.2014.5.04.0030
0021967-87.2014.5.04.0030
0020380-30.2014.5.04.0030
0021570-91.2015.5.04.0030
0020277-86.2015.5.04.0030
0021119-66.2015.5.04.0030
0021097-08.2015.5.04.0030
0021619-72.2014.5.04.0029
0020559-27.2015.5.04.0030
0020294-25.2015.5.04.0030
0020291-70.2015.5.04.0030
0020303-84.2015.5.04.0030
0020316-83.2015.5.04.0030
0021597-74.2015.5.04.0030
0020312-46.2015.5.04.0030
0020001-89.2014.5.04.0030
0020075-46.2014.5.04.0030
0020387-56.2013.5.04.0030
0021362-10.2015.5.04.0030
0021165-89.2014.5.04.0030
0020408-61.2015.5.04.0030
0021567-03.2014.5.04.0021
0020205-02.2015.5.04.0030
0020243-14.2015.5.04.0030
0020328-97.2015.5.04.0030
0020339-29.2015.5.04.0030
0020671-30.2014.5.04.0030
0021219-21.2015.5.04.0030
0020332-37.2015.5.04.0030
0020389-55.2015.5.04.0030
0020364-42.2015.5.04.0030
0020366-12.2015.5.04.0030
0020267-76.2014.5.04.0030
0022026-75.2014.5.04.0030
0020343-66.2015.5.04.0030
0020374-86.2015.5.04.0030



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020368-79.2015.5.04.0030
0020406-91.2015.5.04.0030
0020338-44.2015.5.04.0030
0022098-62.2014.5.04.0030
0020331-52.2015.5.04.0030
0020424-15.2015.5.04.0030
0021139-57.2015.5.04.0030
0021821-46.2014.5.04.0030
0022010-24.2014.5.04.0030
0020254-43.2015.5.04.0030
0020442-36.2015.5.04.0030
0021250-41.2015.5.04.0030
0022020-68.2014.5.04.0030
0021135-20.2015.5.04.0030
0021978-19.2014.5.04.0030
0021168-10.2015.5.04.0030
0021861-28.2014.5.04.0030
0021124-88.2015.5.04.0030
0021161-18.2015.5.04.0030
0021808-22.2015.5.04.0027
0021245-19.2015.5.04.0030
0020248-36.2015.5.04.0030
0021741-82.2014.5.04.0030
0020121-98.2015.5.04.0030
0020641-92.2014.5.04.0030
0020223-23.2015.5.04.0030
0020490-92.2015.5.04.0030
0020645-32.2014.5.04.0030
0021106-04.2014.5.04.0030
0021061-97.2014.5.04.0030
0020493-47.2015.5.04.0030
0020495-17.2015.5.04.0030
0021190-05.2014.5.04.0030
0021234-87.2015.5.04.0030
0020733-36.2015.5.04.0030
0020268-27.2015.5.04.0030
0021968-72.2014.5.04.0030
0020346-21.2015.5.04.0030
0020709-08.2015.5.04.0030
0021415-25.2014.5.04.0030



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0021347-41.2015.5.04.0030
0020507-31.2015.5.04.0030
0020513-38.2015.5.04.0030
0021253-30.2014.5.04.0030
0021209-74.2015.5.04.0030
0021485-42.2014.5.04.0030
0021220-40.2014.5.04.0030
0020522-97.2015.5.04.0030
0020160-95.2015.5.04.0030
0021252-11.2015.5.04.0030
0020374-23.2014.5.04.0030
0020520-30.2015.5.04.0030
0020109-55.2013.5.04.0030
0021450-18.2014.5.04.0019
0020529-89.2015.5.04.0030
0020696-43.2014.5.04.0030
0020829-60.2014.5.04.0006
0020791-39.2015.5.04.0030
0021152-56.2015.5.04.0030
0021296-30.2015.5.04.0030
0020539-36.2015.5.04.0030
0020551-50.2015.5.04.0030
0020553-20.2015.5.04.0030
0020552-35.2015.5.04.0030
0020822-59.2015.5.04.0030
0022060-50.2014.5.04.0030
0020722-41.2014.5.04.0030
0020567-04.2015.5.04.0030
0020563-64.2015.5.04.0030
0020271-79.2015.5.04.0030
0021301-52.2015.5.04.0030
0020803-53.2015.5.04.0030
0020214-32.2013.5.04.0030
0020636-36.2015.5.04.0030

Juíza Luciana Caringi Xavier – Embargos de Declaração (14 processos)

0001135-67.2013.5.04.0030
0000935-31.2011.5.04.0030
0001327-97.2013.5.04.0030
0001507-16.2013.5.04.0030



0020917-26.2014.5.04.0030
0021261-07.2014.5.04.0030
0021386-72.2014.5.04.0030
0020948-46.2014.5.04.0030
0020769-15.2014.5.04.0030
0021139-91.2014.5.04.0030
0021576-35.2014.5.04.0030
0021219-55.2014.5.04.0030
0021577-20.2014.5.04.0030
0021745-22.2014.5.04.0030

Juíza Luciana Caringi Xavier - Impugnações à sentença de liquidação (05 processos)

0240900-42.2005.5.04.0030
0000619-18.2011.5.04.0030
0137700-82.2006.5.04.0030
0028100-58.2008.5.04.0030
0000104-17.2010.5.04.0030

Juíza Luciana Caringi Xavier - Embargos à execução (22 processos)

0130200-57.2009.5.04.0030
0001403-58.2012.5.04.0030
0240900-42.2005.5.04.0030
0001025-05.2012.5.04.0030
0015500-05.2008.5.04.0030
0000619-18.2011.5.04.0030
0001100-15.2010.5.04.0030
0162700-21.2005.5.04.0030
0001561-16.2012.5.04.0030
0028100-58.2008.5.04.0030
0144300-51.2008.5.04.0030
0000450-65.2010.5.04.0030
0044300-09.2009.5.04.0030
0044400-61.2009.5.04.0030
0000605-34.2011.5.04.0030
0000683-28.2011.5.04.0030
0075700-46.2006.5.04.0030
0000104-17.2010.5.04.0030
0001594-06.2012.5.04.0030
0001360-34.2010.5.04.0017
0001216-16.2013.5.04.0030



0001335-11.2012.5.04.0030

Juíza Luciana Caringi Xavier - Exceções de Pré-executividade (02 processos)

0130200-57.2009.5.04.0030

0058100-41.2008.5.04.0030

Juíza Patricia Iannini Dos Santos – Processos de Cognição (62 processos)

0000649-19.2012.5.04.0030

0001138-28.2013.5.04.0028

0000928-05.2012.5.04.0030

0001757-83.2012.5.04.0030

0021396-82.2015.5.04.0030

0021126-58.2015.5.04.0030

0020310-76.2015.5.04.0030

0021128-28.2015.5.04.0030

0020381-78.2015.5.04.0030

0021079-84.2015.5.04.0030

0020251-88.2015.5.04.0030

0021291-42.2014.5.04.0030

0021148-19.2015.5.04.0030

0020409-46.2015.5.04.0030

0021169-92.2015.5.04.0030

0020253-58.2015.5.04.0030

0020427-67.2015.5.04.0030

0020262-20.2015.5.04.0030

0020273-49.2015.5.04.0030

0020306-39.2015.5.04.0030

0021343-38.2014.5.04.0030

0021206-22.2015.5.04.0030

0022074-34.2014.5.04.0030

0020440-66.2015.5.04.0030

0020226-12.2014.5.04.0030

0021245-37.2015.5.04.0024

0020408-95.2014.5.04.0030

0020464-94.2015.5.04.0030

0020483-03.2015.5.04.0030

0021251-26.2015.5.04.0030

0020475-26.2015.5.04.0030

0020345-36.2015.5.04.0030

0020320-23.2015.5.04.0030



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020321-08.2015.5.04.0030
0020413-83.2015.5.04.0030
0020145-97.2013.5.04.0030
0021001-90.2015.5.04.0030
0020250-06.2015.5.04.0030
0020500-39.2015.5.04.0030
0021964-35.2014.5.04.0030
0020707-72.2014.5.04.0030
0021919-31.2014.5.04.0030
0021260-55.2014.5.04.0019
0021314-51.2015.5.04.0030
0021228-80.2015.5.04.0030
0020146-14.2015.5.04.0030
0020474-41.2015.5.04.0030
0020397-32.2015.5.04.0030
0021144-79.2015.5.04.0030
0021153-41.2015.5.04.0030
0020975-53.2014.5.04.0022
0021385-53.2015.5.04.0030
0020587-92.2015.5.04.0030
0021109-22.2015.5.04.0030
0021539-71.2015.5.04.0030
0021166-40.2015.5.04.0030
0020375-71.2015.5.04.0030
0020753-27.2015.5.04.0030
0020020-61.2015.5.04.0030
0021116-14.2015.5.04.0030
0021928-90.2014.5.04.0030
0021182-28.2014.5.04.0030

Juíza Patricia Iannini Dos Santos - Embargos de declaração (25 processos)

0000878-42.2013.5.04.0030
0001373-86.2013.5.04.0030
0000886-24.2010.5.04.0030
0000113-71.2013.5.04.0030
0001229-15.2013.5.04.0030
0000739-90.2013.5.04.0030
0000580-50.2013.5.04.0030
0000824-13.2012.5.04.0030
0001370-34.2013.5.04.0030



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0082400-67.2008.5.04.0030
0021794-63.2014.5.04.0030
0020438-67.2013.5.04.0030
0020298-33.2013.5.04.0030
0020150-85.2014.5.04.0030
0020313-02.2013.5.04.0030
0020142-11.2014.5.04.0030
0020297-48.2013.5.04.0030
0020018-62.2013.5.04.0030
0020035-42.2014.5.04.0005
0021051-53.2014.5.04.0030
0020336-11.2014.5.04.0030
0021745-97.2014.5.04.0005
0020218-35.2014.5.04.0030
0020333-90.2013.5.04.0030
0020369-64.2015.5.04.0030

Juíza Patricia Iannini Dos Santos - Impugnações à sentença de liquidação (05 processos)

0001093-98.2010.5.04.0005
0093000-21.2006.5.04.0030
0084700-70.2006.5.04.0030
0135200-72.2008.5.04.0030
0001369-05.2010.5.04.0014

Juíza Patricia Iannini Dos Santos - Embargos à execução (22 processos)

0000062-65.2010.5.04.0030
0085800-55.2009.5.04.0030
0001093-98.2010.5.04.0005
0141900-35.2006.5.04.0030
0000242-47.2011.5.04.0030
0000826-80.2012.5.04.0030
0000284-62.2012.5.04.0030
0112400-16.2009.5.04.0030
0000714-10.2013.5.04.0020
0135200-72.2008.5.04.0030
0001059-48.2010.5.04.0030
0236800-44.2005.5.04.0030
0000820-73.2012.5.04.0030
0001297-96.2012.5.04.0030
0087000-68.2007.5.04.0030



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0001369-05.2010.5.04.0014
0046700-30.2008.5.04.0030
0000261-19.2012.5.04.0030
0000584-87.2013.5.04.0030
0000021-30.2012.5.04.0030
0000572-78.2010.5.04.0030
0020316-54.2013.5.04.0030

Juíza Patricia Iannini Dos Santos - Exceções de Pré-executividade (01 processo)

0000409-30.2012.5.04.0030

Juíza Sheila Dos Reis Mondin Engel – Processos de Cognição (01 processo)

0021366-47.2015.5.04.0030